

**CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA - UNIALFA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO - MPA**

RAIMUNDO FALCÃO DOS SANTOS

**COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO: UMA ALTERNATIVA PARA O
FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE
HUMAITÁ-AM**

Goiânia
2023

RAIMUNDO FALCÃO DOS SANTOS

**COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO: UMA ALTERNATIVA PARA O
FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE
HUMAITÁ-AM**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Administração do Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA), como requisito para obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos do Carmo Fernandes

**Goiânia
PPGADM - UNIALFA
Setembro/2023**

Catálogo na fonte: Biblioteca UNIALFA

F866d

Santos, Raimundo Falcão dos

Cooperativismo e Associativismo: uma alternativa para o fortalecimento da agricultura familiar no município de Humaitá-AM.

67 fls; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Centro Universitário Alves Faria – (UNIALFA) - Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Administração – Goiânia, 2023.

Orientador (a): Prof. Dr. Luiz Carlos do Carmo Fernandes.

Inclui bibliografia

1. Associativismo e Cooperativismo. 2. Agricultura familiar. Santos, Raimundo Falcão. II. UNIALFA. III. Título.

CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA - UNIALFA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Administração do Centro Universitário Alves Faria como requisito final para a obtenção do título de Mestre.

Aprovada em XXXXXXX de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Luiz Carlos do Carmo Fernandes – UNIALFA (Orientador)

Profa. Dra. Patricia Kinast de Camillis – UNIALFA (Avaliadora)

Prof. Dr. Alexandre Silveira – (Avaliador Externo)

Goiânia

2023

A princípio minha dedicação vai para meu bom Deus que muito me ajudou dando forças para continuar fazendo a pesquisa até concluir tendo como resultado este trabalho.

Ao meu pai, Alzir Nogueira dos Santos, que não faz parte mais da minha vida fisicamente, mas sempre tem me acompanhado em meus pensamentos, que juntamente com minha mãe, Joana de Souza Falcão sempre estiveram ao meu lado torcendo por mim e hoje são minha fonte de inspiração para lutar por meus objetivos.

A minha esposa e ao meu filho que sempre me apoiam e acreditam no meu potencial; família maravilhosa que tem me transformado numa versão melhor de mim.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Luiz Carlos do Carmo Fernandes, primeiramente por aceitar o desafio de ser meu orientado no meio da caminhada, sei o quanto isso foi complicado, grato por sua paciência e ensinamento, foi de um aprendizado sem precedentes, sem eles não sei como teria chegado aqui.

À Professora Patricia Kinast de Camillis por suas contribuições pontuais e relevantes para o desenvolvimento deste trabalho. Obrigado pela orientação e por ser essa mulher guerreira e dedica que com certeza levarei comigo como minha modelo e fonte inspiração como professor.

A minha parceira de caminhada, minha querida irmã Inês Falcão dos Santos, ela aceitou o desafio e hoje conquistamos o que nos propusemos a alcançar. Sem você não tenho dúvidas que não teria conseguido.

Ao meu irmão Alzir Falcão dos Santos, foram muitas as orientações, dicas e principalmente aquela força que às vezes precisamos para continuar firmes na luta.

Obrigado a todos por tudo!

RESUMO

O associativismo e o cooperativismo são apresentados como uma alternativa para o fortalecimento da agricultura familiar e o desenvolvimento regional, uma vez que, contribuem para o processo de integração e coesão social no campo, influenciando de forma positiva na geração e manutenção de empregos e infraestrutura socioeconômica para as diversas atividades. Por essa razão, a agricultura familiar tem desempenhado um papel importante no desenvolvimento rural sustentável, pois, permite que pequenos produtores que tenham objetivos comuns tenham acesso a outros mercados consumidores, adquiram insumos a preços mais baixos tornando seus produtos mais competitivos no mercado. O objetivo desse trabalho foi analisar as contribuições do cooperativismo e do associativismo para o fortalecimento da agricultura familiar em Humaitá-AM, a partir das atividades promovidas pelas cooperativas e associações, e seus benefícios para o fortalecimento da agricultura familiar e a sustentabilidade. A metodologia adotada neste trabalho é pesquisa de campo, com uma abordagem qualitativa, que tem como instrumentos: a pesquisa documental, a entrevista em profundidade e a análise de conteúdo obtidos na coleta de dados. Pode-se constatar que não há práticas do cooperativismo no município de Humaitá-AM, devido a vários fatores, dentre eles, as práticas que facilitam o funcionamento do associativismo como convênios e programas destinados a associações, evidenciando a importância do papel que as associações têm desempenhado no desenvolvimento da região e melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares, estendendo-se a todos da comunidade na qual a mesma esteja inserida.

Palavras-chave: associativismo, cooperativismo; agricultura familiar.

ABSTRACT

Associativism and cooperativism are presented as an alternative for strengthening family agriculture and regional development, as they contribute to the process of integration and social cohesion in the countryside, positively influencing the generation and maintenance of jobs and socioeconomic infrastructure for different activities. For this reason, family agriculture has played an important role in sustainable rural development, as it allows small producers who have common objectives to have access to other consumer markets and to purchase inputs at lower prices, making their products more competitive in the market. The objective of this work was to analyze the contributions of cooperativism and associations to strengthening family agriculture in Humaitá-AM, based on activities promoted by cooperatives and associations, and their benefits for strengthening family agriculture and sustainability. The methodology adopted in this work is field research, with a qualitative approach, which uses as instruments: documentary research, in-depth interviews and content analysis obtained in data collection. It can be seen that there are no cooperative practices in the municipality of Humaitá-AM, due to several factors, among them, practices that facilitate the functioning of associations, such as agreements and programs aimed at associations, highlighting the importance of the role that associations have played in the development of the region and improving the quality of life of family agriculture, extending to everyone in the community in which it is located.

Keywords: associations, cooperativism; family agriculture.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do Município de Humaitá-AM.....35

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1 - Diferenças entre Associação e Cooperativa | 28 |
| Quadro 2 - Categorias de Análise | 39 |
| Quadro 3 - Caracterização dos Entrevistados | 41 |
| Quadro 4 - Mapeamento das Associações de produtores rurais | 57 |

LISTA DE ABREVIATURAS

| | |
|--------|---|
| ACAR | Associação de Crédito e Assistência Rural |
| ADAF | Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas |
| ATER | Assistência Técnica e Extensão Rural |
| CAF | Cadastro Nacional da Agricultura Familiar |
| FAO | Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura |
| FPS | Fundo de Promoção Social e Erradicação da Pobreza |
| IDAM | Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas |
| IFAM | Instituto Federal do Amazonas |
| INCRA | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária |
| MAPA | Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento |
| OCB | Organização das Cooperativas Brasileiras |
| OCE | Organização Estadual de Cooperativas |
| ODM | Objetivos de Desenvolvimento do Milênio |
| ONGs | Organizações Não-Governamentais |
| PAA | Programa de Aquisição de Alimentos |
| PNAE | Programa Nacional de Alimentação Escolar |
| PRONAF | Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar |
| SAF | Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo |
| SEPROR | Secretaria de Estado de Produção Rural |
| TCLE | Termo de Consentimento Livre e Esclarecido |
| UFAM | Universidade Federal do Amazonas |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 13 |
| 1.1 PROBLEMA DE PESQUISA | 14 |
| 1.2 OBJETIVOS DO ESTUDO | 15 |
| 1.2.1 Objetivo Geral | 15 |
| 1.2.2 Objetivos Específicos | 15 |
| 1.3 RELEVÂNCIA E MOTIVAÇÃO PARA O ESTUDO | 15 |
| 1.4 ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO TEXTO | 16 |
| 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA | 17 |
| 2.1 O COOPERATIVISMO E A AGRICULTURA FAMILIAR | 14 |
| 2.1.1 O Cooperativismo | 147 |
| 2.1.2 O Cooperativismo na Agricultura Familiar | 21 |
| 2.2 SUSTENTABILIDADE, O ASSOCIATIVISMO E AGRICULTURA FAMILIAR SUSTENTÁVEL | 24 |
| 2.2.1 A Sustentabilidade | 25 |
| 2.2.2 O Associativismo | 27 |
| 2.2.3 Agricultura Familiar Sustentável | 30 |
| 3 METODOLOGIA | 34 |
| 3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO | 34 |
| 3.2 MATERIAIS E MÉTODO | 35 |
| 3.3 ESTUDO DE CAMPO | 39 |
| 4 DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS | 40 |
| 4.1 INFORMAÇÕES OFICIAIS DO COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO NA REGIÃO | 40 |
| 4.2 PROCESSO DE ADESÃO / FILIAÇÃO À ONG | 41 |
| 4.3 FORMA DE GESTÃO | 43 |
| 4.4 A FORMAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO | 44 |
| 4.5 AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA | 45 |
| 4.6 EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO | 46 |
| 4.7 INTERCOOPERAÇÃO | 47 |
| 4.8 INTERESSE PELA COMUNIDADE | 48 |
| 4.9 ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO E SUAS VANTAGENS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR E A SUSTENTABILIDADE NA REGIÃO | 49 |
| 4.10 DIFICULDADES E NECESSIDADES DO AGRICULTOR FAMILIAR | 50 |
| 5 RESULTADOS E DISCUSSÕES | 53 |

| | | |
|----------|---|-----------|
| 5.1 | RESULTADO E DISCUSSÕES QUANTO AOS PRINCÍPIOS | 58 |
| 5.2 | RESULTADO E DISCUSSÕES QUANTO AOS BENEFÍCIOS | 60 |
| 5.2 | RESULTADO E DISCUSSÕES QUANTO AOS GARGALOS DO AGRICULTOR FAMILIAR | 63 |
| 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 65 |
| | REFERÊNCIAS..... | 68 |
| | APENDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS: PESQUISA DE CAMPO EM ÓRGÃO PÚBLICO | 74 |
| | APENDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS: PESQUISA DE CAMPO COOPERATIVA/ASSOCIAÇÃO..... | 75 |
| | APENDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTAS: PESQUISA DE CAMPO COM MEMBROS DA ONG | 77 |
| | ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO | 78 |

1 INTRODUÇÃO

O cooperativismo desempenha um papel relevante no desenvolvimento local, pois contribui no processo de integração e coesão social, influenciando positivamente na geração e manutenção de empregos e infraestrutura socioeconômica para as diversas atividades. Nesse contexto, o cooperativismo é um instrumento capaz de assegurar o desenvolvimento integrado, com vistas a atender as necessidades urgentes das camadas menos favorecidas da população, (Martinez; Pires, 2002).

O cooperativismo pode ser uma alternativa viável para pessoas com desejo comum de se organizarem para atender demandas de determinados mercados, alcançar melhores resultados e viabilizando seu desenvolvimento no mundo dos negócios, bem como sua participação na economia.

Outro instrumento utilizado por pequenos produtores para alcançar mercados, fortalecer a produção e obter os meios necessários para a produção, são as associações de produtores rurais. Essas instituições são conhecidas como instrumento de luta dos pequenos produtores, com possibilidade de permanência na terra, melhoria do nível de renda e acesso à comercialização de bens e serviços comuns, como uma alternativa ao desenvolvimento local, sustentável.

Segundo Fagotti (2017), o associativismo é uma alternativa importante para que pequenos produtores possam melhorar a capacidade produtiva, as condições de trabalho e renda, bem como, enfrentar os desafios do mercado, alcançando novos mercados consumidores. Além disso, o associativismo tem estratégias capazes de promover a integração dos agricultores, permitindo que os mesmo se organizem em cooperativas, sindicatos e outras formas de associação, com vistas em benefícios comuns como a eficiência na produção e a competitividade dos pequenos produtores no mercado, por meio da realização de ações conjuntas em diversas áreas.

Diante dessa necessidade de melhoria de condições de vida e permanência na terra, encontra-se a agricultura familiar com um papel relevante no processo de desenvolvimento rural, uma vez que permite alavancar a economia local, e assim, melhorar a qualidade de vida dos envolvidos, Wanderley (1999).

A presente pesquisa está fundada nos benefícios gerados pelo cooperativismo e associativismo aos agricultores familiares no município de Humaitá-AM, localizado no sul do estado do Amazonas, considerando as dimensões econômica, ambiental, social e política.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

O estado do Amazonas é o maior estado que integra a Amazônia Legal, com uma imensidão de terras coberta por florestas, em sua maior parte ainda inexploradas e com ecossistemas diversificados, tem atraído muitos grileiros, pecuaristas e indústrias que trazem consigo um cenário de disputa – quer seja entre si ou com nativos, ou pequenos produtores da região. O que demanda, ao governo, desenvolver políticas públicas capazes de resolver tal problemática e minimizar seus impactos ao meio ambiente (Brasil, 2021 b).

De acordo com Fearnside (2003), existem, ainda, os casos de especulações de terras nas proximidades das estradas, o crescimento das cidades, as políticas públicas de incentivo à pecuária, a exploração predatória de madeira e, mais recentemente, a agricultura mecanizada, que, segundo o mesmo autor, são questões que necessitam de atenção e devem ser tratadas com urgência em termos de preservação e conservação do meio ambiente.

O município de Humaitá (AM) está situado em uma região estratégica no encontro das rodovias BR 319 e BR 230, configurando-se como a atual fronteira agrícola devido ao avanço do arco do desmatamento¹ para o Sul do Amazonas e, conseqüentemente, a exploração desordenada dos recursos naturais.

Cabe destacar que a perspectiva de reconstrução da BR-319, que liga os estados do Amazonas e Rondônia, tende a aumentar significativamente as áreas desmatadas, para a plantação de pastagens e desenvolvimento da agricultura, em virtude de atrair, para a região, muitas pessoas – tais como: posseiros, grileiros de terras da União, movimentos sociais da terra e grandes proprietários de terras preocupados com o bem econômico, trazendo consigo um possível avanço do arco do desmatamento.

Neste sentido a agricultura familiar surge como alternativa para a melhoria das condições de vida e permanência dos agricultores em sua propriedade, tendo um papel relevante no processo de desenvolvimento rural, mas essa por sua vez necessita de avanços. Diante do exposto, a presente pesquisa foi direcionada pela seguinte questão: qual a contribuição do associativismo e cooperativismo para o fortalecimento da agricultura familiar sustentável em Humaitá-AM?

¹ Fronteira da atividade agrícola na região amazônica.

1.2 OBJETIVOS DO ESTUDO

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar as contribuições do cooperativismo e do associativismo para o fortalecimento da agricultura familiar em Humaitá-AM.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Descrever o cooperativismo e o associativismo e seus benefícios para a agricultura familiar;
- b) Mapear as cooperativas e associações ligadas à agricultura familiar que estão ativas na região;
- c) Verificar as atividades promovidas pelas cooperativas e associações, e seus benefícios para o fortalecimento da agricultura familiar e a sustentabilidade no município de Humaitá-AM.

1.3 RELEVÂNCIA E MOTIVAÇÃO PARA O ESTUDO

A motivação deste estudo se deve à sua relevância para o desenvolvimento da região com vista a práticas menos degradantes. Segundo Zarafshani *et al.* (2010), por meio da cooperação os agricultores podem realizar produção de grande escala e desenvolver-se economicamente, a partir da aquisição de insumos agrícolas, da melhoria de seus padrões de produção e comercialização, da busca por acesso ao crédito, transporte e serviços profissionais. Além disso, pode, inclusive, criar empregos e proporcionar desenvolvimento socioeconômico. Por essa razão, ressalta-se a relevância de se estudar o cooperativismo na região e a sua contribuição para a geração de renda, o aumento da produtividade e a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares, uma vez que a agricultura familiar possui dinâmica e características bem distintas, quando comparada com a agricultura convencional, não familiar, pois, a gestão da propriedade é partilhada pela família.

No Brasil, conforme Candioto (2011), foi a partir da década de 1980 que tal entidade, família agricultora, obteve maior visibilidade com a expressão 'agricultura familiar' e, assim, levou agricultores a crer que iriam ser desenvolvidas políticas públicas que auxiliariam na expansão das atividades e suas propriedades, que, conseqüentemente, viria a aumentar a renda por conta da produção e de seu

escoamento para os centros urbanos.

O cooperativismo é uma forma de organização muito importante no meio rural, uma vez que busca benefícios comuns por meio de ações coletivas para os produtores rurais e ajuda na boa gestão do negócio. Nessa perspectiva, é pertinente avaliar o desenvolvimento da prática cooperativista junto aos pequenos produtores e agricultores familiares na região. Dessa forma, pretende-se avaliar as contribuições que o cooperativismo pode proporcionar para o fortalecimento da agricultura familiar em Humaitá (AM).

1.4 ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO TEXTO

A presente dissertação está estruturada da seguinte forma: introdução; fundamentação teórica, compostas pelas seções: cooperativismo e agricultura familiar e a sustentabilidade, associativismo e agricultura familiar; metodologia; resultados e discussões; considerações finais e referências.

A pesquisa foi classificada metodologicamente como descritiva quanto aos objetivos. Os procedimentos metodológicos foram desenvolvidos em três etapas: pesquisa documental, roteiro de perguntas, utilizado para aplicar as entrevistas semiestruturadas e análise dos conteúdos e ainda elaboração de mapa, pelo autor da pesquisa.

Na fundamentação teórica é apresentado o cooperativismo, seus benefícios e contribuições para fortalecimento da agricultura familiar e pequenos produtores rurais, com vistas a alcançar a sustentabilidade dos agroecossistemas, na região sul do estado do Amazonas. A seção tem como marco inicial a pesquisa documental que, segundo Gil (2002), assemelha-se com a bibliográfica, porém, difere desta pelo fato de o material trabalhado não ter recebido tratamento analítico, ou que ainda pode ser reelaborado conforme os objetivos da pesquisa, da natureza da fonte.

Na segunda seção são apresentados o associativismo e suas vantagens para o fortalecimento da agricultura familiar, como um caminho alternativo para o desenvolvimento sustentável, nas pequenas propriedades rurais, situadas no sul do estado do Amazonas.

Por fim, são apresentados os resultados da pesquisa de campo, destacando os benefícios trazidos pelo Associativismo para a agricultura familiar no município de Humaitá-AM, bem como os desafios enfrentados.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O COOPERATIVISMO E A AGRICULTURA FAMILIAR

O cooperativismo, como organização que pode ser benéfico para a agricultura familiar, pois, por meio da cooperação, busca unir os produtores rurais com a finalidade de alcançar melhores preços para seus produtos, reduzir custos em compras coletivas e acessar outros mercados. Além disso, o cooperativismo possibilita que os cooperados tenham apoio técnico especializado para produzir de maneira mais eficiente e sustentável, sendo uma poderosa ferramenta para a valorização da agricultura familiar e para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades rurais.

2.1.1 O Cooperativismo

O cooperativismo surgiu na Europa, em meados do século XIX, em Manchester, na Inglaterra, em pleno período industrial, como uma resposta à exploração da classe trabalhadora, a partir de um movimento de 28 operários que se contrapuseram à economia liberal, ao sistema capitalista, formando a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale. Uma associação que posteriormente passou a se chamar cooperativa, dando início ao cooperativismo (Reis Júnior, 2006).

Para Farias e Gil (2013) o cooperativismo encontrou suas raízes nas consequências das crises econômicas e sociais provocadas pela Revolução Industrial do século XIX. Com base em seus ideais, o cooperativismo é reconhecido por muitos pensadores como o sistema mais adequado, participativo, justo, democrático e indicado para atender as necessidades e aos interesses específicos dos trabalhadores. É um sistema com tendências ao desenvolvimento integral do indivíduo por meio da ajuda mútua, do coletivo.

Nesse sentido, Rios (2018) descreve que o cooperativismo, como forma de organização econômica, busca promover a cooperação entre seus membros para alcançar objetivos comuns, por meio de uma economia solidária, baseada na autogestão do negócio, na participação democrática e distribuição equitativa de seus resultados. Nesse modelo de negócio as pessoas se unem, porque acreditam que sozinhas têm poucas chances de entrar em determinados mercados e como cooperados têm maior poder de negociação e sustentação do seu negócio,

possibilitando o desenvolvimento social, econômico e ambiental, uma vez que promove a geração de renda, o acesso a bens e serviços, inclusão social e cidadania.

Dallabrida e Büttenbender (2007) descrevem o cooperativismo como uma importante iniciativa de desenvolvimento local, cujos principais objetivos são: 1) Maior valorização dos recursos endógenos, por meio da diversificação da produção; 2) Formação de redes locais entre atores públicos e privados; 3) Estabelecer consórcios intermunicipais e parcerias público-privadas, com a finalidade de promover desenvolvimento local; 4) Criar alternativas de geração de trabalho e renda e investimento para o local; 5) Promover atividades de desenvolvimento científico e tecnológico no âmbito territorial; 6) Criar agências de fomento para atender demandas das cooperativas; e 7) Superar limites do enfoque assistencialista implícito nos fundos de inversão social e nos programas de luta contra a pobreza.

No atual cenário de competitividade, expandido a partir do processo de globalização, é contínua a busca por alternativas mais eficientes na luta por sobrevivência e pela manutenção no mercado competitivo. Neste contexto surge a cooperação como alternativa viável. Scopinho e Martins (2003) dizem que conforme a cooperação contribui para o desenvolvimento econômico, promovendo a competitividade, ela se consolida como uma alternativa estratégica eficiente nas lutas político-sociais por benefícios comuns. Esses benefícios podem contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos envolvidos, pois os mesmos poderão ter acesso mútuo a materiais, bens ou serviços que antes não conseguiriam individualmente.

Para Schneider (1991), o cooperativismo pode ser um tipo de doutrina que considera as cooperativas uma forma ideal de organização da humanidade, pois, se baseia na cooperação, como forma de organização socioeconômica e constitui-se na busca pela melhoria da qualidade de vida de seus membros, podendo, assim, influenciar diretamente no desenvolvimento local, uma vez que o cooperativismo é caracterizado pela forma de produção e distribuição de riquezas, tendo como princípios basilares: a ajuda mútua, a igualdade, a democracia e a equidade.

Nessa mesma senda, Duarte e Wehrmann (2006) descrevem que o cooperativismo está fundamentado em uma doutrina que tem como princípios basilares a igualdade e a ajuda mútua, que se materializa através da união de pessoas com objetivos comuns, que formam sociedades e, assim, constituem organizações sociais denominadas cooperativas. Para Cardoso (2009), o cooperativismo é

desenvolvido seguindo alguns princípios basilares que foram criados a partir de seus idealizadores, os pioneiros do cooperativismo de Rochdale. São eles:

a) Adesão voluntária e livre: princípio relacionado à liberdade de filiação e desfiliação de seus membros; a princípio as cooperativas surgem como organizações voluntárias, sem restrições à participação, ficando, assim, proibidas discriminações de quaisquer naturezas (sexo, sociais, raciais, políticas, religiosas e outras);

b) Gestão democrática: todos os membros têm o mesmo peso representativo, com participação ativa na formulação de suas políticas e na tomada de decisões;

c) Participação econômica dos membros: a formação do capital social da cooperativa é a contribuição igual de seus membros, sendo este controlado democraticamente e, em casos de sobras, há a possibilidade de os recursos serem divididos entre os cooperados;

d) Autonomia e independência: as cooperativas são instituições independentes e autônomas, com a possibilidade de que sejam firmados acordos, cooperações ou parcerias com outras instituições, mas prevalece a autonomia e a independência da cooperativa;

e) Educação, formação e informação: princípio que ressalta a relevância do acesso aos programas educacionais e de capacitação não apenas para os membros da cooperativa, mas que se estenda a todos da comunidade na qual esteja inserida;

f) Intercooperação: as cooperativas se auxiliam por meio de federações e confederações para fortalecer o movimento, não existe representatividade isolada;

g) Interesse pela comunidade: o desenvolvimento deve ir além dos membros da cooperativa. Com a percepção de sua responsabilidade social, a mesma deve buscar, por meio de suas ações, estabelecer processos que promovam o desenvolvimento sustentável da comunidade na qual está inserida.

No Brasil a cultura cooperativista é notada desde o período da colonização portuguesa, porém, esse processo emergiu apenas no final do século XIX, com a chegada dos imigrantes europeus. As primeiras cooperativas instaladas aqui, surgiram na região sudeste do país, com a Cooperativa dos Funcionários da Companhia Telefônica de Limeira, no Estado de São Paulo, no ano de 1881. As cooperativas agropecuárias, foco deste trabalho, surgiram no ano de 1907, no estado de Minas Gerais, inicialmente por meio dos produtores de café e em seguida se

espalhou para a Região Sul do país, com as cooperativas agropecuárias em comunidades de imigrantes italianos e alemães (Antoniali; Souk, 2005).

Nos municípios do Estado do Amazonas, as cooperativas têm contribuído para o desenvolvimento sustentável, inclusão social e geração de emprego, uma vez que esse modelo de negócio permite que todos os cooperados tenham participação ativa e suas demandas sejam atendidas (Famazônia, 2023).

De acordo com Nicolau *et al.* (2020), as cooperativas agropecuárias são formadas por produtos rurais cujo foco é atender as demandas do mercado consumidor, com vista a negociar compra de insumos e venda de produtos, sendo que sua principal missão é permitir que seus associados tenham acesso novos mercados para comercializar sua produção, conseguir bons compradores e melhores preços para seus produtos.

Para Silva *et al.* (2003), as cooperativas agrícolas alcançaram sucesso quanto ao volume de negócios e assumindo, assim, um papel fundamental no processo de disseminação dos ideais cooperativistas. A Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971, ampara o cooperativismo no Brasil, nela estão previstos os critérios e requisitos necessários para que se concretize o cooperativismo com a constituição de cooperativas, tendo a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) em nível nacional e a Organização Estadual de Cooperativas (OCE) em cada unidade da Federação, como representantes formais. Matos e Ninaut (2007) enfatizam a relevância do cooperativismo para a economia brasileira, uma vez que consideram o sistema cooperativista eficiente para o alcance do desenvolvimento sustentável.

Devido à importância do cooperativismo para economia do país, o Governo Federal criou, através do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural e Cooperativismo, conforme plano de ação baseado no art. 187, IV, da Constituição de 88, que prevê:

A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente:
[...]

IV - a assistência técnica e extensão rural; [...]

VI - o cooperativismo; (Brasil, 1988).

A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) foram institucionalizadas a partir da criação da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), em Minas

Gerais, ainda em meados do século XX, muito antes da Constituição vigente. Atualmente, desenvolvendo trabalhos nesta perspectiva, existe a Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo (SAF/MAPA), fazendo uma ligação direta do cooperativismo com a agricultura familiar. Uma das competências da SAF é: planejar, propor, desenvolver, promover e apoiar programas, projetos, ações e atividades de cooperativismo e associativismo rural (Brasil, 2020).

Dessa forma, o cooperativismo tem como principal vantagem a organização do trabalho, na qual produtores isolados, menos competitivos e, conseqüentemente com menos condições de enfrentar a concorrência do mercado, possam aumentar sua competitividade e melhorar suas condições de trabalho e renda (Ferreira; Zaluski, 2022). Portanto, o cooperativismo é apresentado como uma iniciativa de desenvolvimento local que visa promover a cooperação entre os indivíduos e empresas para alcançar objetivos comuns, além de criar uma rede de apoio para pequenos produtores, garantindo acesso a mercados consumidores, para aquisição e comercialização de seus produtos.

2.1.2 O Cooperativismo na Agricultura Familiar

O cooperativismo vem se consagrando como um importante eixo de desenvolvimento no meio rural, em virtude do fortalecimento da atividade, agregando valor a produção, gerando emprego e renda para as famílias no campo. O Cooperativismo ganha importância na agricultura familiar, a medida que possibilita a organização da produção e a diversificação das atividades agrícolas, agregando valor a produção, permitindo que os agricultores alcance mercados, antes restritos a grandes produtores (Andrade; Alves, 2013).

Segundo Ferreira *et al.* (2017), o cooperativismo é uma importante ferramenta de fortalecimento da agricultura familiar, pois pode auxiliar no processo produtivo e na renda dos produtores rurais. As cooperativas têm desempenhado um papel significativo na organização e comercialização dos produtos da agricultura familiar, contribuindo para sua valorização e reconhecimento no mercado.

Nesse sentido, estudos realizados por Silva *et al.* (2015), apontam que o cooperativismo contribui para fortalecer a produção sustentável da agricultura familiar, porque proporciona aos pequenos agricultores melhores condições de financiamento, apoio técnico e logístico, além do acesso a mercados mais competitivos, fomentando

o desenvolvimento socioeconômico das localidades em que se encontram, gerando emprego e renda no campo.

O cooperativismo é considerado uma alternativa que pode fortalecer a agropecuária familiar, pois as famílias podem unir forças para buscar condições satisfatórias para que elas sejam melhores assistidas em suas propriedades e regiões. Essa união de forças resulta em cooperação mútua, que, segundo Scopinho e Martins (2003), pode contribuir para que as famílias permaneçam em suas propriedades produzindo e pode colaborar, ainda, para a promoção do desenvolvimento de consciência de sua responsabilidade social.

Segundo Duarte e Wehrmann (2006).

As cooperativas agrícolas, não apenas, se tornaram o elo entre a agricultura familiar e os sistemas modernos de produção, contribuindo para que as unidades agrícolas adquirissem perfil empresarial, como também articularam produtores, instituições públicas de fomento e mercado consumidor. (Duarte; Wehrmann, 2006, p. 13).

Para Morato e Costa (2001) a cooperativa é a materialização do cooperativismo, considerada uma forma ideal de organização da sociedade, uma vez que seus membros têm maior possibilidade de alcançar o desenvolvimento socioeconômico. Mesmo que em muitos casos as cooperativas não consigam cumprir sua missão de neutralizar as desvantagens da agricultura familiar, essas são constituídas por seus idealizadores acreditarem em sua eficiência quanto à sua organização e seu poder de produção, pois os mesmos buscam por uma alternativa capaz de potencializar sua atividade de produção com a agricultura familiar para se inserir no mercado com maior poder competitivo (Pires, 2010).

Segundo Pires (2010), o cooperativismo agrícola busca promover a agricultura familiar e valorizar o trabalho do produtor rural, por meio da criação de uma rede de cooperação entre os agricultores, com a finalidade de fortalecer a produção e aumentar a competitividade no mercado, em função de garantir melhores condições de produção, comercialização, distribuição de seus produtos e melhores preços.

Para Mognon e Zanini (2019), as cooperativas agropecuárias são alternativas importantes para a diversificação da produção agrícola familiar, uma vez que, viabiliza a produção, industrialização e comercialização de diversos tipos de produtos, de diferentes associações de produtores, diferentes culturas e localidades. Essa prática tem contribuído para agregar valor aos produtos, aumentar a competitividade e

rentabilidade dos agricultores.

A produção agropecuária familiar pode ser considerada como uma prática cooperativista, uma vez que pessoas de uma mesma família se unem para executar o trabalho no campo, tendo como finalidade precípua a geração de recursos necessários para a melhoria da qualidade de vida de todos os membros da família, implicando de forma direta no desenvolvimento socioeconômico regional. Abramovay (1992) defende que a lógica da organização familiar não depende da família em si, mas de sua resiliência, de sua capacidade de adaptação e criação de um comportamento adequado ao meio em que está inserida.

O agricultor familiar busca se integrar ao sistema cooperativista para superar suas dificuldades individuais através da ajuda mútua, coletiva, conquistando benefícios como acesso a recursos tecnológicos, equipamentos, apoio profissional, bem como bens de uso comum, tudo isso com o objetivo de fortalecer seu sistema produtivo e tornar-se mais competitivo no mercado (Andrade; Alves, 2013).

Para Buendía Martínez e Pires (2002), a agricultura tem um papel fundamental, como protagonista do desenvolvimento rural, pois se preocupa com a necessidade de controle da produção agrária para, assim, alcançar equilíbrio no mercado. A população rural tem direcionado sua força de trabalho para a agricultura, pois esta atividade surge fortemente com o cooperativismo, que muito tem contribuído com o primeiro setor, agregando-lhe valor a partir da diversificação da cultura agrícola, da possibilidade de produção em larga escala e da organização do setor produtivo.

Segundo dados do último Censo Agropecuário do IBGE, realizado no ano de 2017, a agricultura familiar representa cerca de 80% dos estabelecimentos agropecuários do país e gera cerca de 10 milhões de empregos no meio rural, configurando-se como um setor importante para a economia do país, responsável por uma parcela significativa da produção de alimentos no país (IBGE, 2017).

De acordo com um estudo realizado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a agricultura familiar é definida a partir de suas características básicas: a gestão da unidade de produção e seus investimentos são realizados por pessoas que mantêm laços de sangue ou de matrimônio, nessa predomina a divisão do trabalho entre os membros da família; a unidade de produção é de propriedade da família, passando a seus descendentes em caso de falecimento

ou aposentadoria, a chamada transferência interna (Brasil/INCRA/FAO, 1996).

Os estudos realizados nesse trabalho também revelam que, mesmo com pouco acesso à terra, a créditos e às tecnologias, a cultura da prática da agricultura familiar dispõe de grande capacidade de produção que tem contribuído efetivamente com o abastecimento do mercado nacional, o que ressalta a importância de se apoiar a produção da agricultura familiar e, assim, proporcionar segurança alimentar.

Dessa forma, os agricultores familiares são proprietários de pequenas extensões de terra e exploram os recursos naturais voltados para uma economia de subsistência, logo, desenvolver políticas voltadas ao fortalecimento dessa prática é de suma importância, visto que os resultados a serem alcançados podem ser bastante vantajosos quanto à preservação do meio, ou seja, o tão comentado desenvolvimento socioeconômico sustentável. Contribuindo com o que se afirma, Primavesi (1997) faz referência a grupos familiares de agricultores como agrossistemas familiares com predisposição ao desenvolvimento de práticas sustentáveis.

Por fim, o cooperativismo tem um papel de destaque na agricultura familiar brasileira, uma vez que as cooperativas agrícolas fornecem serviços e suporte técnico aos pequenos produtores, além de ajudá-los a obter melhores preços pelos seus produtos. Essas também permitem que os pequenos produtores se organizem para acessar financiamento e outros recursos necessários para a produção agrícola.

2.2 SUSTENTABILIDADE, O ASSOCIATIVISMO E AGRICULTURA FAMILIAR SUSTENTÁVEL

O associativismo como organização social é capaz de gerar um desenvolvimento sustentável por meio do aumento da capacidade produtiva dos agricultores, gerando emprego, renda e distribuição das riquezas de forma mais equitativa. Ele pode gerar muitos benefícios para seus associados, de modo particular para a agricultura familiar, uma vez que, os produtores rurais conseguem dividir custos e os recursos existentes, como máquinas e equipamentos agrícolas, além de ter maior poder de negociação na comercialização de seus produtos. Cabe destacar que, a associação possibilita que os agricultores tenham maior articulação e representatividade política, permitindo defender seus interesses e reivindicar políticas públicas específicas para a agricultura familiar (Batalha; Buainain; Souza Filho, 2005; Bertoldo, 2015 e Moraes, 2017).

2.2.1 A Sustentabilidade

A crítica ao desenvolvimento baseado na exploração predatória dos recursos naturais tem se tornado recorrente por conta dos resultados altamente negativos provocados ao meio ambiente, conforme dito anteriormente. Devido a fatos como esses, torna-se notório que o enfrentamento a esse processo degradante do meio ambiente requer uma atenção especial. Neste sentido, ainda no século XIX já era perceptível o destaque dado aos trabalhos acadêmicos voltados à temática da questão ambiental, tratando como de grande relevância e prioritário nas agendas dos chefes de Estado, de Organizações Não-Governamentais (ONGs), das populações tradicionais e dos grupos rurais e urbanos (Pereira; Curi, 2012).

No ano 2000, a partir desta perspectiva, foram desenvolvidos os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que têm, como foco, a promoção da dignidade humana, o combate à pobreza, à fome e à degradação ambiental. Algumas metas foram parcialmente alcançadas, mas ainda se está longe do ideal almejado, sendo necessária a criação de novas estratégias para viabilizar o alcance dos objetivos definidos (Carvalho; Barcelos, 2015).

O modelo econômico atual impulsionado de certa forma pelo processo de globalização e pelos avanços das tecnologias, muito tem contribuído para o desenvolvimento econômico. Porém, é notório que os limites de exploração dos recursos naturais vêm sendo ultrapassados, podendo, assim, pôr em risco as fontes de recursos naturais; até mesmo dos recursos renováveis, que antes eram considerados inesgotáveis. Tal situação tem influenciado a academia a estudar a temática, na busca por novos métodos, formas e modelos de economias que sejam menos degradantes, de modo que possam contribuir para o desenvolvimento econômico sem lastros de destruição do meio ambiente. A partir dessa vertente, sustentabilidade ganhou ênfase e passou a ser tema recorrente nos debates acadêmicos, encorpando trabalhos científicos e titulando pesquisas, ressaltando assim a relevância do assunto para a humanidade. Mas, o que é sustentabilidade?

Segundo Cavalcante (1998) sustentabilidade é a possibilidade de um grupo de pessoas obterem condições de vida no meio ambiente em que vivem, que se estendam de forma igual, ou melhor, às suas gerações posteriores. Ainda neste sentido, Chambers e Conway (1992) afirmam que a sustentabilidade do meio ambiente está ligada à preservação e/ou aprimoramento da extração de recursos nas

bases produtivas, em especial de modo a permanecer disponível para as futuras gerações. O termo sustentabilidade vem sendo utilizado em seu sentido amplo, nas diversas áreas do conhecimento, voltado para a manutenção dos recursos naturais, a qualidade dos produtos, a qualidade de vida dos agricultores e dos consumidores.

Desenvolvimento sustentável é um conceito aparentemente indispensável nas discussões sobre a política do desenvolvimento no final do século XX (Brüseke, 1995). É válido destacar que, apesar de parecer, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável não são a mesma coisa, têm conceitos diferentes quando vistos individualmente. Sistemas podem apresentar indicadores de sustentabilidade sem necessariamente apresentarem desenvolvimento.

Segundo Corrêa (2007), para que um sistema seja considerado ambientalmente sustentável ele deve ser ambientalmente adequado, economicamente viável e socialmente justo. Siqueira (2001) propõe que seja feita uma análise de um ponto de vista mais prático quanto à conceituação de sustentabilidade, observando-se a necessidade de se encontrar novos mecanismos, formas de mensuração do crescimento, que permitam a existência de um processo que possa ser harmonioso e participativo nas tomadas de decisões e na busca pelo desenvolvimento sustentável. Mas, como evoluir, alcançar o desenvolvimento sem degradar, destruir o menos possível, ou melhor, desenvolver de forma sustentável?

Verona (2007) considera que o desenvolvimento sustentável deve estar fundamentado em três dimensões: a social, a econômica e a ambiental. Na dimensão ambiental o ecossistema utilizado deve manter suas características e inter-relações fundamentais ao longo do tempo. A econômica está relacionada às condições que geram rendas constantes e estáveis. E no campo social o manejo dos recursos naturais deve ser compatível com os valores culturais das comunidades envolvidas.

a) Dimensão Econômica - Os aspectos, relacionados à dimensão econômica, refere-se à capacidade de ações e intervenções serem economicamente viáveis e estarem dentro das capacidades de investimento, dizem respeito à alocação e manejo adequado dos recursos naturais, com destaque para a mão de obra utilizada, rendimentos dos cultivos, dependência de insumos externos, comercialização, lucratividade / renda da família e controle administrativo e financeiro, possibilitando um equilíbrio entre desenvolvimento econômico, preservação ambiental e inclusão social (Ferreira, *et al.* 2012).

b) Dimensão Social - A dimensão social envolve preocupações com a condição de vida das pessoas, promoção da igualdade e justiça social, que pode ser alcançado por meio da implementação de políticas públicas direcionadas para combater a pobreza, com geração de emprego, moradia, educação, com vista a melhoria da qualidade de vida (Foladori, 2002). São verificados também, aspectos relacionados a qualidade de vida, continuidade no campo, satisfação com o trabalho e residência no campo, acesso à informação, à água tratada e iluminação e a serviços essenciais básicos, como: saúde, educação (Ferreira, *et al.* 2012).

c) Dimensão Ambiental – Verifica aspectos relacionados à sustentabilidade, tais como: diversidade de espécies; manejo agroecológico; qualidade do solo; área de vegetação nativa; água; esgoto; resíduos sólidos e obtenção de sementes (Ferreira, *et al.* 2012) e aspectos relacionados ao equilíbrio e manutenção dos ecossistemas, como a conservação das espécies e a manutenção dos estoques genéticos das espécies, para garantir a resiliência perante impactos externos.

2.2.2 O Associativismo

O termo associativismo é usado para designar a união de pessoas ou organizações com objetivos comuns, como melhoria das condições do trabalho e aumento da renda. O associativismo abrange modalidades diferentes de organização coletiva, como o sindicalismo, o cooperativismo, as organizações não governamentais, dentre outras.

No Brasil, o associativismo que trata de questões de melhoria do trabalho no campo teve sua expansão nos anos de 1980, em decorrência da crise econômica que enfraqueceu o modelo de funcionamento do cooperativismo, nos quais os produtores rurais poderiam participar. Devido ao cooperativismo não atender mais as necessidades dos pequenos produtores rurais, estes buscaram outros modelos de organizações coletivas que contemplassem suas demandas, o que ocorreu no final da década de 1980, com a formação de associações, por incentivo do governo federal por meio de políticas públicas (Fagotti, 2017).

Segundo Bertoldo (2015, p. 5), “O Associativismo é um instrumento vital para que uma comunidade saia do anonimato e passe a ter maior expressão social, ambiental e econômica”, que tem como características: 1) Constitui-se pela união de duas ou mais pessoas físicas, ou jurídicas com objetivos comuns; 2) Instituição sem

fins lucrativos; 3) O patrimônio é constituído por doações ou contribuição dos associados; 4) Não há distribuição de dividendos entre os associados; 5) Sua finalidade pode ser alterada livremente em assembleia; 6) Seus dirigentes não recebem remuneração; 7) É uma instituição direito privado.

A diferença entre o associativismo e o cooperativismo está na definição da sua finalidade. No que se refere às associações, elas têm foco social e sua finalidade é prestar assistência cultural, social, educacional e de defesa de interesses de um grupo. As cooperativas têm foco comercial e surgem de uma necessidade, em que pessoas com objetivos comuns se unem no desenvolvimento de um empreendimento que gera benefícios para todos os cooperados (Ferreira; Zaluski, 2022). As principais diferenças entre o cooperativismo e o associativismo são apresentados conforme quadro 1 a seguir:

Quadro 1: Diferenças entre Associação e Cooperativa

| Critério | Associação | Cooperativa |
|---|--|--|
| Constituição | Mínimo 2 pessoas | Mínimo de 20 pessoas |
| Objetivos | Promover a assistência social, educacional, cultural, política e defender os interesses de classe, filantrópica, | Têm por finalidade prestar serviços de interesse econômico e social aos cooperados, viabilizando e desenvolvendo sua atividade produtiva. |
| Patrimônio | Formado por taxas pagas pelos associados, doações, fundos e reservas. | O capital social é formado por quotas-partes, podendo receber doações, empréstimos e processos de capitalização. |
| Destino do patrimônio | Não há rateio de sobras. Eventuais sobras devem ser destinadas ao cumprimento de suas finalidades. | As sobras das relações comerciais estabelecidas pela cooperativa podem, por decisão de assembleia geral, ser distribuídas entre os próprios cooperados. |
| Operações comerciais e financeiras | Pode realizar atividades comerciais para acrescentar em seus objetivos sociais; porém, não é sua finalidade. | Realiza livremente atividade comercial, além de operações financeiras e bancárias e também pode solicitar empréstimos bancários. |
| Obrigações dos associados / cooperados | Os membros não respondem pelas obrigações assumidas pela entidade. Porém os gestores podem responder. | A responsabilidade dos cooperados está limitada ao montante de suas respectivas quotas partes, exceto se o Estatuto Social determinar diferente. |
| Remuneração dos dirigentes | Não são remunerados pelo desempenho de suas funções. | São remunerados, através de "pró-labore". Não possuem vínculo empregatício. |
| Contabilidade | Escrituração contábil simplificada | Escrituração específica e completa. |
| Tributação | Isenta de Imposto de Renda, se cumpridas as exigências legais. Deve, porém, declarar a isenção todo ano. | Isenta nas operações com os cooperados. Deve recolher o Imposto de Renda Pessoa Jurídica sobre operações com terceiros e taxas decorrentes das ações comerciais. |

Fonte: Bertoldo (2015, p. 16 e 17)

O associativismo rural é uma forma de organização, na qual os produtores agrícolas se unem em grupos para encontrar soluções para os desafios que enfrentam em seus negócios. Por meio da associação, os agricultores com o intuito de baratear a produção podem fazer compras coletivas de insumos e equipamentos e, podem comercializar seus produtos em conjunto, alcançando novos mercados consumidores e, ainda, buscar financiamentos e benefícios fiscais, além de terem voz política para defender suas demandas junto às autoridades públicas, trazendo ganhos financeiros e fortalecendo o desenvolvimento local.

Por essa razão, no ano de 1996, o Governo Federal, criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), tendo como finalidade precípua “[...] promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda” (Brasil, 1996).

O PRONAF é uma política pública voltada para a comercialização de produtos oriundos da Agricultura Familiar, a partir do mesmo surgiram outras políticas públicas com objetivo de promover o desenvolvimento rural sustentável, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) criado no ano de 2003 e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O PAA é uma iniciativa do Governo Federal, que visa adquirir alimentos diretamente da agricultura familiar, por meio dos órgãos públicos nos níveis municipal, estadual e federal, para atender ao Programa Fome Zero, que tinha como objetivo combater à fome e pobreza no Brasil, e, fortalecer a produção agrícola de cunho familiar, possibilitando aumentar a renda dos agricultores familiares (Dias *et al.*, 2013).

Para o autor, essas políticas visam não apenas aumentar a comercialização dos produtos da agricultura familiar, mas também garantir uma renda justa aos produtores e promover a segurança alimentar para a população. Os benefícios gerados por essas políticas incluem o fortalecimento da agricultura familiar, a geração de emprego e renda no campo, a promoção da alimentação saudável e a redução da pobreza e da desigualdade social nas regiões rurais do país.

De acordo com Moraes (2017), o associativismo é uma estratégia que está fundamentada na lógica da ação coletiva e, direciona seus esforços para criar uma sinergia entre os produtores, com o intuito de gerar benefícios mútuos. A união dos agricultores em associações ou cooperativas dar aos mesmos mais poder na hora da

negociação e comercialização de seus produtos, além de acesso a financiamentos, equipamentos e assistência técnica de maneira mais eficiente e menos custosa, podendo gerar vários benefícios, como a melhoria da renda e condições de vida, a agregação de valor aos produtos e o fortalecimento da agricultura familiar.

Portanto, o associativismo rural é uma estratégia de organização coletiva de agricultores familiares com o objetivo de superar as dificuldades enfrentadas no processo produtivo e comercialização de seus produtos, bem como, favorece a promoção da sustentabilidade na produção, o acesso a tecnologias inovadoras e a capacitação de lideranças em gestão e governança.

2.2.3 Agricultura Familiar Sustentável

A agricultura familiar não é uma denominação não é nova, porém, no meio acadêmico tem-se dado ênfase às temáticas envolvendo esse termo. São recorrentes as pesquisas teóricas e práticas que muito têm contribuído para o melhor entendimento conceitual e que apresentam os resultados que sua prática tem proporcionado para o meio ambiente e a sociedade. A agricultura familiar é um setor de produção formado por membros de uma mesma família, sendo de grande relevância no que diz respeito à geração de empregos e à produção de alimentos, em especial a voltada para o próprio consumo.

Santos *et al.* (2014), corrobora afirmando que nos empreendimentos rurais de base familiar as atividades produtivas têm o envolvimento de todos os membros da família e essas são desenvolvidas no próprio local de moradia dos agricultores. Essa prática é muito importante para o setor rural, em função ser uma grande geradora de emprego e renda, no campo, no âmbito dos pequenos estabelecimentos rurais, nos quais a mão-de-obra predominante é composta por membros da mesma família, sendo que o sustento da família é resultante das atividades econômicas ligadas ao próprio empreendimento rural.

De acordo com Guilhoto *et al.* (2007), a produção familiar vai muito além de ser um fator redutor do êxodo rural e fonte de recursos para as famílias de baixa renda, pois a mesma contribui expressivamente para a geração de riqueza, considerando a economia do setor agrícola em âmbito nacional.

A agricultura familiar, atualmente, tem sido considerada como instrumento relevante para garantir a sustentabilidade social e ambiental. É o que afirma Petersen

(2009) ao se referir à relevância do setor produtivo representado pelo produtor agrícola familiar. Esse setor de produção, conforme defende Carmo (1998), dispõe de características que apresentam sua força como ambiente favorável ao desenvolvimento de agricultura sustentável, isso por conta das suas tendências à diversificação produtiva, à integração de atividades de produção vegetal e animal, isso além de trabalhar em menor escala.

Nessa perspectiva, Silva (2019) corrobora e ressalta ainda mais a relevância da agricultura familiar ao afirma que muitas das pessoas (cerca de 70%) que sofrem com a fome, no mundo, estão vivendo em áreas rurais pobres de países em desenvolvimento, especialmente na África Subsaariana e no Sudeste Asiático. Grande parte desses países desenvolvem essa cultura de subsistência. Camponeses, pescadores de pequena escala, silvicultores, extrativistas, entre outros, compõem, ao mesmo tempo, a agricultura familiar – espalhada por todo o planeta, com uma rede de 500 milhões de propriedades –, responsável por índices que variam de 50% a 80% do comércio *in natura* de alimentos.

A agricultura familiar configura-se como a principal fonte de ocupação no campo e caracteriza-se por utilizar mão-de-obra da própria família, mantendo as pessoas no campo e, assim, possibilitando a redução do êxodo rural. Segundo o Censo Agropecuário de 2017, a agricultura familiar no Brasil tem 67% de pessoal ocupado dentre os que se ocupam com a agropecuária no País, em aproximadamente 3,9 milhões de estabelecimentos. Sendo que cerca de 80% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros são classificados como de agricultores familiares e o estado do Amazonas está entre os cinco com as maiores proporções de área ocupada pela agricultura familiar. O pequeno agricultor ocupa papel importante na cadeia produtiva que abastece o mercado interno, produzindo 23% de toda a produção agropecuária brasileira em uma área de 80,9 milhões de hectares, gerando R\$ 107 bilhões de reais em renda para economia nacional (Brasil, 2017).

No Brasil, a região Nordeste é a que concentra o maior contingente de agricultores familiares, totalizando 49% dos indivíduos ocupados na agricultura brasileira, Graziano (1998). Conforme o Censo Agropecuário de 2017, Pernambuco é o Estado com a maior proporção de área ocupada pela agricultura familiar, arrastando consigo Ceará e Sergipe, reunindo três estados nordestinos entre os cinco com as maiores proporções (Brasil, 2017).

No entanto, os produtores que se enquadram na chamada agricultura familiar possuem pequenas áreas, são pequenos produtores, que produzem diversas culturas com pouca tecnologia e com a presença de mão de obra familiar, o que muito facilita a gestão no trabalho, onde os próprios beneficiados são os executores das tarefas. Quanto ao fator social, o pequeno produtor sofre exclusão no processo tecnológico da produção agrícola eficiente de grandes culturas, desencadeando a pobreza no campo e, conseqüentemente, o fenômeno do êxodo rural (Salton *et al.*, 2005).

A agricultura familiar, ainda que inserida em um sistema de produção local, ou seja, que tem sua atuação em determinada região, encontra-se pressionada pelo mercado competitivo do mundo globalizado, fazendo-se necessário recorrer a novas ferramentas, a tecnologias adequadas à sua cultura organizacional, levando-se em conta a sua limitação no que tange a educação formal, bem como suas particularidades e especificidades no meio em que se encontram. Essas ferramentas tecnológicas vêm se tornando, a cada dia, mais indispensáveis por sua utilidade na busca por sustentabilidade, (Batalha; Buainain; Souza Filho, 2005).

De acordo com os autores, a competitividade, na agropecuária da agricultura familiar, “[...] somente poderá ser construída, em bases sustentáveis, por meio da adoção de práticas que estimulem a cooperação entre os agentes econômicos de uma cadeia produtiva e, complementarmente, entre estes e os poderes governamentais”, destacando com isso a importância da cooperação, abrindo espaço para que seja feito um estudo sobre o cooperativismo e suas contribuições no desenvolvimento da prática agrícola familiar, (Batalha; Buainain; Souza Filho, 2005).

Neste sentido, Santos *et al.* (2014) descreve que a agricultura familiar se caracteriza pela grande variedade de espécies plantadas, com diversificação da produção, custos baixos por conta da aplicação de técnicas modernas de manejo adequado dos recursos naturais, com menor impacto para o meio ambiente, devido ao aproveitamento dos insumos e otimização dos recursos naturais disponíveis.

A agricultura familiar busca alternativas para o desenvolvimento de uma agricultura sustentável, com o foco nas dimensões econômicas, sociais e ambientais, com o desenvolvimento de práticas ecológicas. Nesse sentido, Ehlers (2017) descreve que a agricultura sustentável busca equilibrar produção de alimentos com a preservação dos recursos naturais e proteção do meio ambiente, por meio da adoção de sistemas produtivos eficientes e rentáveis a longo prazo, com uso de estratégias

como a rotação de culturas, produção das culturas com o mínimo de impacto adverso para o meio ambiente, diversidade de espécies plantadas, uso de fertilizantes orgânicos e gestão integrada de pragas e doenças, além do atendimento as necessidades de alimento e renda.

Masera *et al.* (1999), corrobora nesse sentido ao destacam que, para a agricultura ser considerada sustentável, faz-se necessário que o agroecossistema desenvolvam alguns atributos básicos como:

1- Produtividade: refere-se à capacidade do estabelecimento gerar o nível requerido de bens e serviços;

2- Estabilidade: refere-se à capacidade do estabelecimento manter os níveis de produtividade ao longo do tempo;

3- Resiliência: está relacionada à capacidade do estabelecimento retomar o potencial de produção após sofrer perturbações;

4- Confiabilidade: refere-se à capacidade que tem de manter os benefícios nos níveis esperados, quando comparados aos gerados em condições normais;

5- Adaptabilidade: refere-se à capacidade de encontrar uma situação de estabilidade, após sofrer uma situação adversa;

6- Equidade: está relacionado à capacidade de distribuir de forma justa, os benefícios por ele gerados, resultantes do manejo dos recursos naturais; e

7- Autodependência ou autogestão: está relacionado à capacidade que tem de regular e controlar suas relações com o meio exterior.

Por fim, pode-se dizer que uma agricultura é sustentável, quando ela mantém a produtividade agrícola ao longo do tempo, com o menor impacto adverso para o meio ambiente e com retornos econômico-financeiros capazes de reduzir a pobreza, para atender às necessidades sociais das populações rurais.

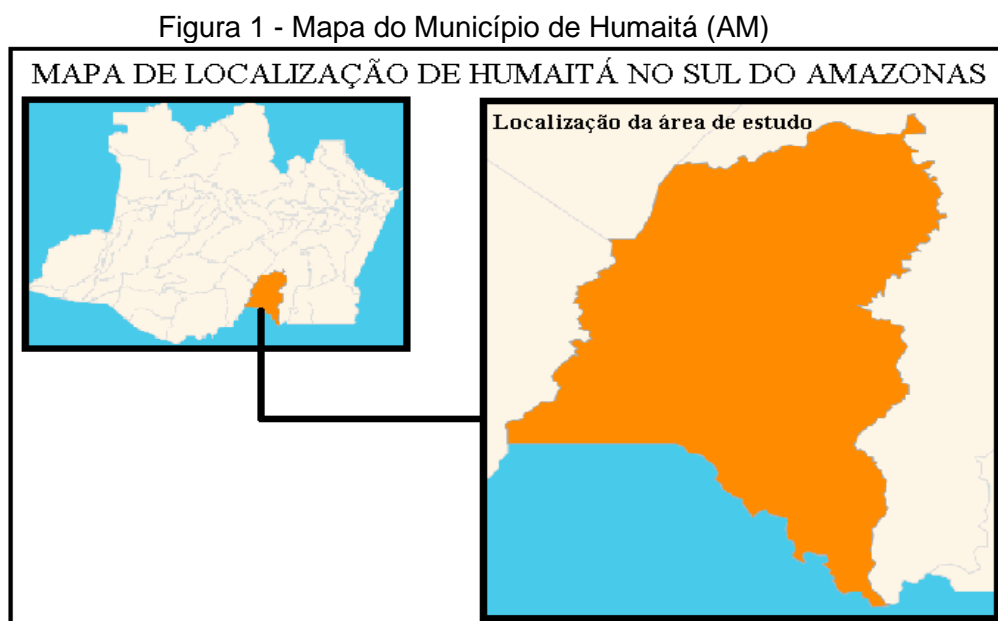
3 METODOLOGIA

Neste tópico apresentam-se as técnicas e os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento desta pesquisa. É apresentada ainda a localização da área do estudo, os parâmetros atinentes à sua classificação, propósito e natureza, bem como a descrição do planejamento e desenvolvimento, envolvendo as técnicas e os procedimentos de coleta e tratamento de dados, a operacionalização da pesquisa e a análise dos resultados.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O local escolhido para desenvolvimento do estudo é o município de Humaitá, sito no sul do estado do Amazonas, compõe a microrregião do Madeira e a mesorregião sul, tendo como limite fronteiro os municípios de Manicoré, Tapauá e Canutama no Amazonas e, em Rondônia, o município de Machadinho d'Oeste e a capital do estado, Porto Velho. O município de Humaitá está localizado à margem esquerda do Rio Madeira, um dos principais afluentes do Rio Amazonas, sua população é estimada em 57.195 habitantes, Brasil (2021 b).

A Figura 1 apresenta o mapa do município de Humaitá (AM), objeto de estudo deste trabalho.



Fonte: Adaptado de Brasil (2021 b)

A escolha da área de estudo se deve ao fato do município de Humaitá estar situado estratégica e geograficamente no entroncamento das rodovias BR-230 (Transamazônica) e BR-319, que liga o estado do Amazonas ao estado de Rondônia e demais estados brasileiros. A economia local está baseada no extrativismo vegetal (exploração de madeira, extração de castanhas) e na agropecuária (criação de gado de corte e de leite, pequenos plantios de diversas culturas, hortaliças, mandioca, açaí, entre outros). Somado a isso, o agronegócio tem se intensificado na região, com plantios em larga escala de soja e outros produtos, destacando o primeiro setor como base econômica; já o segundo setor é pouco desenvolvido devido à escassa ou total falta de infraestrutura, a citar o uso de termelétricas (motores a combustão) para gerar energia elétrica. No que se refere ao terceiro setor, este é bastante desenvolvido, em virtude do município de Humaitá ter se tornado um centro regional no sul do Amazonas, com a presença de muitos órgãos públicos e outras instituições de prestação de serviços.

3.2 MATERIAIS E MÉTODO

Nesta pesquisa optou-se por realizar uma abordagem descritiva, tendo como procedimentos metodológicos a pesquisa documental, entrevistas com roteiro de perguntas semiestruturadas e análise de conteúdo qualitativo.

A pesquisa teve como marco inicial a pesquisa documental que, segundo Gil (2002), assemelha-se com a bibliográfica, porém, difere desta pelo fato de o material trabalhado não ter recebido tratamento analítico, ou que ainda pode ser reelaborado de acordo com os objetivos da pesquisa, a natureza da fonte. Apresenta vantagens, dentre as quais se destaca a abundância de dados: não implica altos custos, não exige contato com os sujeitos da pesquisa e possibilita uma leitura aprofundada das fontes. Ela é semelhante à pesquisa bibliográfica, segundo o autor, e o que a diferencia é a natureza das fontes.

A pesquisa documental ocorreu com o estudo de documentos para se descrever os fatos e fenômenos, bem como o registro dos dados, análise e sua correlação com os fatos ou fenômenos, retratando, assim, o histórico dos trabalhos sobre o cooperativismo na região com vistas a compreender os fenômenos sociais e o processo de implementação das políticas públicas de incentivo ao cooperativismo e a agricultura familiar, procurando descrevê-los, classificá-los e interpretá-los. Para

realizar esta etapa fez-se necessário ter a cooperação de órgãos governamentais e não governamentais relacionados ao primeiro setor que desenvolvem trabalho de apoio a extensão rural, como: o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM), a Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas (ADAF), a Secretaria de Estado de Produção Rural (SEPROR) e a Secretaria Municipal de Agricultura e Cooperativas Agrícolas do município de Humaitá-AM. Os dados coletados serviram para mapear as cooperativas ligadas à agricultura familiar que estão ativas na região.

Considerando a adoção de uma abordagem qualitativa nesta pesquisa, no processo de coleta de dados foi selecionada, como técnica, a entrevista em profundidade, que, segundo Duarte e Barros (2005):

A entrevista em profundidade é um recurso metodológico que busca, com base em teorias e pressupostos definidos pelo investigador, recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte, selecionada pode deter informações sobre o que se deseja conhecer. (Duarte; Barros, 2005, p. 62).

A entrevista em profundidade, que tem como base característica ser de exploratória, foi desenvolvida a partir de perguntas que abordam a temática do trabalho, em especial em torno de sua questão problema. O tipo de entrevista aplicada é a semiaberta que, de acordo com Duarte e Barros (2005), é norteada por um roteiro com poucas questões não estruturadas, perguntas abertas (Apêndices A; B e C), amplas o suficiente para o aprofundamento do discurso.

A proposta inicial foi entrevistar dez membros de cooperativas da região que são ligadas à agricultura familiar e assim foram verificados como suficiente para o resultado proposto na pesquisa, os entrevistados foram selecionados conforme endereço de propriedade, os mais dispersos possíveis, uma vez que se buscou analisar a efetividade dos benefícios que as ações das cooperativas promovem aos cooperados, bem como à comunidade na qual desenvolve suas atividades.

Por ocasião da entrevista foi apresentado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o qual segue assinado pelo entrevistado, dando, assim, consentimento para que ocorra a sua entrevista. As entrevistas ocorreram pessoalmente e na propriedade da família cooperada, com o agendamento prévio das visitas, que será conforme a disponibilidade dos entrevistados.

Quanto à análise dos resultados, segundo Duarte e Barros (2005), para se

analisar dados faz-se necessário que eles sejam manipulados de forma a dividi-los em partes para examinar sua natureza, suas funções e relações. A análise foi organizada segundo as categorias (Quadro 2) que foram levantadas a partir do referencial teórico acerca da temática, norteadas pelos objetivos da pesquisa. Porém, conforme a observação da necessidade do desenvolvimento de novas categorias, estas poderiam ser criadas, com a conseqüente reformulação do quadro de categorias para integrar o trabalho final.

Deu-se início aos procedimentos para a análise do conteúdo após a coleta dos dados, tais procedimentos serviram como base para a interpretação de elementos com características qualitativas de modo a garantir a sua expressão com o máximo de clareza possível a partir de sua descrição objetiva. Duarte e Barros (2005) defendem que a análise do conteúdo seja organizada em três etapas subsequentes:

a) Pré-análise, com o planejamento do trabalho, sistematização das ideias, organização das atividades a serem desenvolvidas;

b) Exploração do material, análise propriamente dita, gestão sistemática do que foi definido na pré-análise, operacionalização do plano de trabalho;

c) Tratamento e interpretação dos resultados, sendo que os resultados obtidos serão tratados de modo a serem relevantes e válidos, para assim serem interpretados.

Os dados obtidos geraram informações relevantes durante a análise do conteúdo, os mesmos foram organizados e tabulados para a realização de uma análise aprofundada de pontos específicos relacionados com o que foi proposto como objetivo e, assim, estabeleceram-se categorias (Quadro 2) analíticas com vistas a uma reflexão sobre a relevância do cooperativismo como alternativa para o fortalecimento da agricultura familiar.

Quadro 2 – Categorias de análise

| Categoria | Subcategoria | Explicação | Referências |
|------------------|---|---|------------------------------|
| PRINCÍPIOS | Adesão Voluntária e Livre | As cooperativas surgem como organizações voluntárias, sem restrições à participação de quaisquer pessoas, ficando assim proibido discriminações de quaisquer naturezas (sexo, sociais, raciais, políticas, religiosas, etc.). | Cardoso (2009) |
| | Gestão Democrática | Todos os membros têm participação ativa na formulação de suas políticas e no processo de tomada de decisões. | Cardoso (2009) |
| | Participação Econômica dos Membros | A formação do capital social da cooperativa é a contribuição igual de seus membros, sendo este controlado democraticamente e em casos de sobras, há possibilidade dos recursos serem divididos entre os cooperados. | Cardoso (2009) |
| | Autonomia e independência | Cooperativas são instituições independentes e autônomas, com possibilidade de que sejam firmados acordos, cooperação ou parcerias com outras instituições, mas prevalece a autonomia e a independência da cooperativa. | Cardoso (2009) |
| | Educação, Formação e Informação | Princípio que ressalta a relevância do acesso aos programas educacionais e de capacitação não apenas para os membros da cooperativa, mas que se estenda a todos da comunidade a qual esteja inserida. | Cardoso (2009) |
| | Intercooperação | As cooperativas se auxiliam por meio de federações e confederações em prol do fortalecimento do movimento, não há representatividade isolada. | Cardoso (2009) |
| | Interesse pela comunidade | O desenvolvimento deve ir além dos membros da cooperativa. Com percepção de sua responsabilidade social, a mesma deve buscar, através de suas ações, estabelecer processos que gerem desenvolvimento sustentável da comunidade em sua totalidade. | Cardoso (2009) |
| BENEFÍCIOS | Associativismo e cooperativismo e suas vantagens para a agricultura familiar e a sustentabilidade | O sistema cooperativista é eficiente para o alcance do desenvolvimento sustentável. | Matos e Ninaut (2007) |
| | | Grupos familiares de agricultores como agrossistemas familiares têm predisposição ao desenvolvimento de práticas sustentáveis. | Primavesi e Primavesi (1997) |
| | | Cooperativa, uma alternativa capaz de potencializar atividade de produção com a agricultura familiar, para inserir-se no mercado com maior poder competitivo. | Pires (2010) |
| GARGALOS | Dificuldades e necessidades do agricultor familiar | O pequeno produtor sofre exclusão no processo tecnológico da produção agrícola eficiente de grandes culturas, desencadeando a pobreza no campo e conseqüentemente o fenômeno do êxodo rural. | Salton <i>et al.</i> (2005). |

Fonte: Elaborado pelo autor.

3.3 ESTUDO DE CAMPO

O marco inicial do estudo de campo foi a pesquisa documental que foi realizada com auxílio de um extensionista do IDAM e outro da SEPROR. Além do fornecimento de documentos sobre as associações e cooperativas da região, os extensionistas foram entrevistados conforme Apêndice A. Esses profissionais contribuíram bastante para o desenvolvimento da pesquisa, pois foi a partir dessa abordagem que buscou-se mapear 03 (três) associações e realizar entrevistas junto a seus membros, que no total foram 10 os entrevistados, uma vez que se observou a repetição das respostas não havendo assim a necessidade de dar-se continuidade às entrevistas.

Para iniciar buscou-se caracterizar os entrevistados conforme quadro 3, com os dados na seguinte ordem: função, gênero, faixa etária, nível de escolaridade e quantidade de membros da família.

Quadro 3 – Caracterização dos Entrevistados

| Categorias Entrevistado | Função | Gênero | Faixa etária | Escolaridade | Quantidade membros da família |
|--|--------------------------|---------------|---------------------|---------------------|--------------------------------------|
| EA | Extensionista Rural | Feminino | 35-44 anos | Ensino Superior | 4 |
| EB | Extensionista Rural | Masculino | 35-44 anos | Ensino Superior | 3 |
| E1 | Presidente de Associação | Masculino | 55-64 anos | Ensino médio | 4 |
| E2 | Tesoureiro de Associação | Masculino | 55-64 anos | Ensino médio | 9 |
| E3 | Membro de Associação | Masculino | 65-74 anos | Alfabetizado | 6 |
| E4 | Membro de Associação | Masculino | 45-54 anos | Ensino Médio | 4 |
| E5 | Membro de Associação | Masculino | 55-64 anos | Alfabetizado | 7 |
| E6 | Membro de Associação | Masculino | 65-74 anos | Ensino Fundamental | 5 |
| E7 | Membro de Associação | Masculino | 45-54 anos | Ensino médio | 4 |
| E8 | Membro de Associação | Masculino | 45-54 anos | Ensino Fundamental | 6 |
| E9 | Membro de Associação | Masculino | 45-54 anos | Ensino Fundamental | 5 |
| E10 | Membro de Associação | Masculino | 55-64 anos | Alfabetizado | 8 |

Fonte: Elaborado pelo autor.

4 DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS

Após a análise bibliográfica e documental junto a órgãos públicos ligados à produção agrícola, Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – IDAM e Secretaria de Estado de Produção Rural- SEPROR, pode-se levantar dados sobre as cooperativas da região, constatando a inexistência de cooperativas ligadas a agricultura familiar. Contudo, constatou-se que associações estão ativas na região. A partir dessa informação, buscou-se investigar os motivos da não existência de cooperativas e ainda verificar como estão funcionando as associações voltadas a agricultura familiar.

4.1 INFORMAÇÕES OFICIAIS DO COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO NA REGIÃO

O levantamento de informações sobre o cooperativismo e o associativismo teve como base orientações da Secretaria Municipal de Agricultura, que direcionou o entrevistador para o Programa de Extensão Rural do IDAM e SEPROR, em virtude do acompanhamento, realizado por profissionais desses órgãos, às cooperativas e associações de Humaitá e região.

Primeiramente buscaram-se informações junto ao IDAM, através do programa de extensão rural, com um profissional Extensionista Rural, que em sua entrevista relatou a inexistência de cooperativas ligadas à agricultura familiar, citou como possível causa: políticas públicas assistenciais voltadas apenas para atender membros de associações sem fins lucrativos, fomentando o associativismo, excluindo as cooperativas da assistência, tornando uma barreira para o desenvolvimento do cooperativismo na região.

Da mesma forma, realizou-se a visita a SEPROR, com a mesma finalidade do IDAM, uma vez que essa instituição tem profissional extensionista rural e faz acompanhamento rural dos produtores da região. Por outro lado, as ações assistenciais têm colaborado com o avanço singelo do associativismo como, por exemplo, um edital vigente à época, que estaria visando selecionar projetos de uma associação para captação de recursos, para aquisição de bens e materiais. O governo do estado, através da agência de fomento do estado em parceria com o Fundo de Promoção Social e Erradicação da Pobreza – FPS, por meio de edital, incentiva o associativismo através do programa de fomento de projetos autossustentáveis. Esse

projeto exige que as associações tenham mais de 50% dos membros com o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar-CAF² e, ainda, é destinada à produção agrícola de agricultores de pequeno porte.

Presto assistência técnica aos produtores rurais, algumas vezes somos procurados pelas associações para prestação de serviços aos seus associados. Não existe cooperativas de agricultores familiares, existe associações [...] a associação busca trabalhar a agricultura familiar para ter acesso a programas de incentivo, tipo crédito para aquisição de bens, materiais e insumos, pois os associados têm que ter o CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar). Alguns líderes procuram o IDAM em busca de ajuda técnica, auxílio da produção e ainda recursos para aquisição de insumos e bens de uso comum a todos os membros [...]. Existem algumas dificuldades a começar com o excesso de exigências impostas pelas legislações existentes, muita burocracia e pouca eficiência. (EA)

Sou responsável por acompanhar as associações e cooperativas. Porém, aqui não existe cooperativa e é difícil encontrar associações ativas com tudo legalizado, poucas trabalha 100%, [...] os programas assistenciais visam as associações isso tem de certa forma influenciado os produtores rurais a optarem por criá-las não despertando assim o interesse em criar cooperativas. Existem associações que têm buscado ajuda junto a esta secretaria tanto para seus membros quanto para toda comunidade, como por exemplo manutenção da estrada de acesso para escoamento da produção, palestras educativas [...]. Uma dificuldade bem nítida é o pouco envolvimento dos membros na busca por melhorias, eles deixam tudo sob a responsabilidade do presidente, outra é a burocracia, para as associações participarem dos editais com créditos disponíveis pelo governo os agricultores tem que ter o CAF, e isso só se consegue com documento da terra (EB).

4.2 PROCESSO DE ADESÃO / FILIAÇÃO À ONG

Este princípio está relacionado com a liberdade de filiação e desfiliação. O que está previsto na literatura foi confirmado na entrevista, onde se observou que qualquer interessado é assistido por esse princípio, uma vez que prever a proibição de discriminação de qualquer natureza, seja sexual, religiosa, racial, política ou outros.

No desenvolvimento da pesquisa, dentre as pessoas entrevistadas, teve um entrevistado que relatou um caso de rejeição por uma associação, de uma solicitação de adesão, em virtude do interessado ter antecedentes criminais e estar envolvido em

² é o instrumento para identificar e qualificar o público beneficiário da Política Nacional da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326/2006), bem como, a Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA), os Empreendimentos Familiares Rurais e as formas associativas da agricultura familiar (cooperativas agropecuárias e associações rurais). (MAPA 2020).

conflitos por terras. Observou-se que esse tipo situação tem influenciado na aceitação das propostas de adesão de novos membros, em função de casos de assassinatos de membros de associação, como o caso relatado do assassinato do presidente de uma associação, segundo os quais se deve ao fato do mesmo está trabalhando em uma área de disputas por terras. Fatos dessa natureza têm deixado alguns agricultores aterrorizados, como o mencionado, ocorrido no início de 2023 e mais recente, início de agosto do mesmo ano, ocorreu mais uma execução de um casal na mesma região, com origem na disputa por terras, o que não teve a confirmação dos motivos da motivação do crime até a presente data.

Acredito que as associações funcionem assim. Basta solicitar para entrar e desde que atenda alguns requisitos básicos é levado para assembléia para aprovação dos que já são associados. (E1)

Qualquer agricultor com vontade de trabalhar em grupo pode solicitar filiação e assim que passar por votação em assembleia geral pode-se efetivar a solicitação. (E2)

Sou fundador, pra entrar na associação é fácil, meu cumpadi, basta querer trabalhar com a gente e pedir para participar. (E3)

A pessoa que se interessar entra e sai quando quiser, [...]. Acho um pouco bagunçado! (E4)

[...] falei para o presidente que tinha interesse em entrar na associação, ele me fez algumas perguntas sobre mim e minha família e dias depois me apresentou numa reunião para os sócios e desde lá faço parte. (E5)

[...] procurei um associado perguntei dele como fazia pra entrar e ele me chamou para uma reunião e ele me apresentou para os outros. Particpei de mais 2 reunião como convidado depois já fui aceito. (E6)

Tu não é mais policia não, né? [...] comigo, pedi pra entrar, logo me aceitaram e entrei. Com um conhecido foi diferente, demoraram a apresentar a solicitação dele na reunião e quando foi apresentadas ela foi rejeitada pela maioria dos colegas. Fiquei sabendo que uns associados conversaram para não aceitar ele por que ele tinha problemas com a justiça e era envolvido em conflitos de terras. (E7)

Aqui tá complicado participar de associação, teve um presidente morto aqui na nossa área, e ontem mais um casal de morador daqui de perto foi assassinado. Ainda sou membro mas ta difícil continuar. (E8)

A filiação e desfiliação é livre. Quem tiver interesse de entrar, pode, basta ser aprovado em assembleia geral. (E9)

Não sei como é com os outros comigo eu apenas pedi pra entrar, e depois já fui chamado para participar das reunião. (E10)

4.3 FORMA DE GESTÃO

Conforme a pesquisa bibliográfica, a gestão da ONG é de responsabilidade de todos os membros que tenham participação ativa nas formulações das políticas de ação, bem como no processo de tomada de decisões. A gestão da ONG é democrática, com a participação de seus membros para a escolha de sua equipe gestora dentre os mesmos, que ocorre da seguinte forma: os interessados lançam sua chapa para concorrer às eleições, que normalmente ocorrem a cada biênio, enquanto os outros fazem sua escolha votando uma única vez. Porém, não houve um consenso por parte dos entrevistados, quanto à forma de gestão da associação, uma vez que, houve relatos de casos de presidentes perpetuando-se na gestão da associação e tomando as decisões de forma monocrática, o que tem contribuído para a desfiliação de muitos membros, e, em alguns casos, levando a extinção da associação, por não estar atendendo ao interesse dos associados, mas sim, de seu presidente.

Contudo, declarações majoritárias levam à conclusão que as associações desenvolvem uma gestão democrática participativa, na qual os membros participam das tomadas de decisões nas ações da organização. As problemáticas e possíveis soluções são levadas a conhecimento dos associados em assembleia geral que posteriormente podem apresentar outras alternativas ou escolher dentre as soluções expostas. A escolha ocorre com uma votação, onde cada membro tem direito a um voto de igual valor.

[...] pode-se dizer que a gestão é democrática. Todos os membros da associação têm direito de escolher o seu presidente e sua equipe e esta normalmente toma suas decisões com o aval dos associados. . (E1)

[...]como se escolhe um presidente acredito que seja uma democracia, com participação de todos nas decisão. (E2)

Desde de o início escolhemos nosso representante, entre nós mesmo, mas podemos participar ajudando nas ações da associação. .(E3)

A direção é escolhida pelos membros. . (E4)

Acho que presidencial, temos um presidente igual na política, [...] ele é escolhido pela maioria. (E5)

Quando foi pra eu entrar disseram pra mim que a gestão era democrática, todos participando, de 2 em 2 anos tem eleição de novo presidente, isso continua acontecendo desde quando entrei. . (E6)

Tipo no Brasil que tem um presidente que manda fazer as coisas e briga pela gente[...]. (E7)

Antigamente muitos queria ser presidente, agora não. . (E2)

[...] a nossa gestão, ela é bem democrática sempre levamos tudo de importante para reunião geral e lá decidimos juntos. (E9)

Eu ajudo escolher nosso presidente, [...] torço pra ele trazer coisas boa pra gente. Já ganhemo bastante coisa como: canoa, motor de energia, rabeta, bomba d'água [...]. (E10)

4.4 A FORMAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO

As associações, por serem organizações sociais sem fins lucrativos, não possuem capital social em sua constituição e seu patrimônio que é constituído a partir de doações e contribuições feitas pelos associados. Essa forma de organização dificulta o acesso a linhas de créditos e financiamentos bancários, tornando-se um entrave para seus associados que desejam ampliar a produção.

A pesquisa de campo mostra que os entrevistados têm consciência da necessidade de pagamento de taxas para custear despesas fixas mensais para a manutenção da sede da associação e, ainda, realizar algumas ações sociais em prol da comunidade. Porém, relatos de possíveis desvios de conduta por parte dos administradores, envolvendo somas de dinheiro (fato não confirmado), tem colocado em dúvidas a confiança nos administradores, contribuindo para que alguns associados se neguem a contribuir financeiramente com a associação, se tornando inadimplente com o pagamento da contribuição mensal de associado, dificultando os trabalhos da associação.

[...] para criar a associação todos os associados colaboraram financeiramente e posteriormente todos passaram a pagar uma taxa mensal para manutenção da associação. (E1)

[...] posso dizer que hoje temos muita coisa, temos sede própria, móveis, trator, caminhão e outras coisas tudo foi conseguido com osócos e projetos feitos pelagestão, mas para isso acontecer e para se manter a associação vive de uma colaboraçãofeita por todosos associados. (E2)

Como qualquer organização a associação também precisa de dinheiro para se manter, por isso todos os membros decidiram em assembleia pagar uma taxa todos os meses[...]. (E3)

Todo mundo tem que pagar uma mensalidade para continuar associado. Esse dinheiro serve para a diretoria trabalhar na busca de

benefícios pra todos os membros. . (E4)

Pago R\$ 25 reais todos mês, agora para onde vai esse dinheiro, não sei. Sei bem que esse dinheiro a gente nunca ver no caixa da associação, o pessoal as vezes presta conta e viajam pra capital atrás das coisas. (E5)

[...] é cobrada uma taxa todo mês, que temos que pagar senão somos suspensos e depois podemos ser excluídos da associação. . (E6)

[...] pedem uma colaboração para manter a associação, pois sem dinheiro a gestão não pode fazer muita coisa, hoje para tudo precisa de dinheiro. . (E7)

Somos cobrados todo dia 5 de cada mês para pagar uma taxa[...], dizem que é para pagar energia, zelador e outras coisas conforme for preciso. . (E8)

[...] nossa contribuição tem sido feita quando é pedida, pago uma mensalidade e ajudo no que posso. . (E9)

Acho que preciso ajudar a manter a associação para ela depois ajudar a gente, nosso representante às vezes precisa viajar para conseguir coisas para nós e para isso precisa de dinheiro e temos que ajudar mesmo se queremos alguma coisa. . (E10)

4.5 AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA

As associações são instituições fundamentadas nos princípios da autonomia e independência, visando garantir seu autogoverno sem interferências externas que possam influenciar suas tomadas de decisão. Embora as associações sejam organizações regidas por tais princípios, é possível desenvolver trabalhos em cooperação, nos quais parceiros se unem para a execução de atividades específicas. Além disso, é admissível estabelecer acordos tanto com outras instituições quanto com órgãos públicos, desde que a autonomia e independência da associação sejam preservadas.

Na pesquisa, foi constatado que a autonomia e a independência prevalecem em todas as associações, uma vez que, não foram relatadas interferências externas e as decisões são normalmente tomadas mediante aprovação em assembleia geral.

Desde quando entrei na associação, a direção nunca sofreu influência externa[...]. (E1)

Quando eu era da gestão nunca foi permitido interferência na administração da associação, tudo ocorre em comum acordo entre os associados. (E2)

Não me lembro de nenhuma interferência nas decisão da associação, nada que vinhesse a mexer com nossa autonomia como instituição independente. (E3)

Acho que sempre tem alguém que tenta tirar proveito de nós [...], nos períodos de eleição sempre aparece aqueles povo pedindo voto, devem ter algum negócio com o presidente, só pode! (E4)

Já ouvi boatos de que políticos estavam tentando se meter nas coisas da associação, mas não deixaram[...]. (E5)

[...] nunca ouvi falar de interferência na associação sempre que tem alguma coisa assim convocam todos para um reunião e discutimos sobre o assunto. (E6)

Nossa associação é pequena, acho que ninguém quer nada com ela, [risos]. (E7)

[...] os membros de nossa associação são bem cricri! Acho que ninguém vai querer se meter com a gente. (E8)

Acho que nossa associação é independente. Se tivesse alguém por trás da associação eu cairia fora! (E9)

Já teve situação que fez pensar que pessoas de fora mandam na associação, mas não consegui comprovar nada de mais[...]. (E10)

4.6 EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO

As associações são organizações que buscam atender ao bem comum de seus associados e, dentre esses interesses, estão o desenvolvimento profissional de seus membros a partir de programas educacionais, capacitações e programas de extensão rural. Essa característica evidencia a importância da associação para seus membros, bem como para a comunidade na qual esteja inserida, refletindo seus anseios e aspirações.

A pesquisa de campo aponta que as associações estudadas, pouco têm praticado esse princípio, limitando-se a ofertas de palestras. Observou-se que nas entrevistas não houve comentários sobre cursos ou capacitações, deixando explícito que as associações ficaram aquém do que podem fazer em favor dos seus membros.

Através da associação conseguimos trazer palestrantes de órgão técnicos e instituições de ensino para ajudar a esclarecer sobre vários assuntos de interesse da comunidade. (E1)

Não me recorde de ter participado de nenhum curso ou capacitação que a associação tenha realizado , tivemos sim umas 2 palestras, mas também foi só isso. (E2)

[...] agora nem tanto, mas antes eu mesmo fui um dos que trouxe professor da UFAM para palestrar em nossa associação e foi aberto para todos da comunidade. (E3)

Curso? Nunca vi nada disso aqui em nossa associação, nem em nossa comunidade. [...] povo quer saber disso não. Acha que vão gastar dinheiro com essas coisas?. (E4)

Sempre falei que podíamos procurar formar alguém da associação para cuidar de nossa contabilidade, um engenheiro para ajudar a gente nos plantios, mas nunca me deram ouvidos [...], tanta coisa boa e nada acontece. (E5)

Não, infelizmente isso foi apenas promessa de campanha do nosso presidente. (E6)

Estudo só tem na cidade e quando nossos filhos vão para lá não querem mais voltar para o campo. Trazer professores aqui é muito difícil não lembro quanto tempo faz, mas participei de uma palestra, foi muito boa mas não teve continuação aí ficamos só na espera [...]. (E7)

Acho que teve um encontro com engenheiro do IDAM, mas só foi uma palestra em uma reunião . (E8)

Teve uma aula de associativismo [...], lembro dessa aula que fui. (E9)

Depois que eu entrei na associação não aconteceu curso, apenas as reunião de sempre [...]. (10)

4.7 INTERCOOPERAÇÃO

A intercooperação entre associações e cooperativas promove a solidariedade e compreende uma forma de cooperação estratégica que permite o compartilhamento de recursos, conhecimentos e experiências com a finalidade de promover benefícios mútuos. Existem alguns trabalhos, de maiores complexidades, que se faz necessário recorrer a outras organizações para que o mesmo seja executado, podendo assim alcançar resultados melhores. Assim como para os membros de uma associação recomenda-se a ajuda mútua, para a mesma essa prática é sinal de exemplo, é a prática do que se prega, do que orienta que seja praticado entre seus membros.

Nesse trabalho pode-se observar que as associações não realizam projetos em cooperação com outras organizações, ao menos foi o que os entrevistados deixaram claro nas respostas descritas em seus relatos.

Já realizamos trabalhos em parcerias com outras instituições, mas não fizemos qualquer tarefa com outra associação em cooperação. (E1)

[...] quase não fazemos trabalhos na associação, se nós fizesse algo

com alguma outra associação lembraria com certeza. (E2)

Quando iniciamos as atividades na associação procuramos outras associações, mas não conseguimos firmar acordos de cooperação, muita burocracia que acabamos desistindo. (E3)

Rapaz... não aconteceu nada do tipo trabalho em conjunto com outra associação, só entre os próprios associados. (E4)

Não me vem nada na memória que faça lembrar algo como projeto onde associações se ajudam [...]. (E5)

Participei de um trabalho com outras pessoas, mas não sei informar se eram de outra associação, foi um projeto de plantio de árvores. (E6)

Na região, é difícil encontrar parceiros para trabalhar, imagine uma associação inteira ajudando a nossa, em busca de algo maior. (E7)

Nunca fizemos nada na nossa associação. (E8)

Fumo convidado por uma associação pra fazer trabalho em conjunto, mas quando foi falado na reunião a maioria decidiu que não[...]. (E9)

Desde quando entrei não aconteceu nada nenhum trabalho com outras associações [...]. (E10)

4.8 INTERESSE PELA COMUNIDADE

Ao criar-se uma associação, a tendência é que a mesma traga benefícios não apenas para seus membros, mas também para todos os membros da comunidade a qual ela esteja inserida. A responsabilidade social das associações provoca uma busca por estabelecer processos que gerem desenvolvimento sustentável da comunidade, através de ações mais efetivas.

As associações têm alcançado resultados satisfatórios nos aspectos sociais, econômicos e ambientais, proporcionando a todos benefícios e melhoria na qualidade de vida de todos os membros da comunidade a qual esteja situada. Embora existam também os que não veem os benefícios trazidos pelas associações.

Foi através da nossa associação que conseguimos um trator, um caminhão e ainda realizamos a manutenção de nossa estrada de acesso a nossa comunidade, que serve tanto para transporte da produção dos associados como dos não associados[...]. (E1)

Acho que a associação ajuda todo mundo de alguma forma, se ajuda seus associados ajuda sua comunidade também. (E2)

[...] quando fui da direção, através de um projeto, foi conseguido um caminhão para o transporte da produção dos associados. (E3)

Ajuda todo mundo, né? A associação foi criada para ajudar a gente, nada mais certo que fazer isso então. (E4)

[...] Não sei bem se nossa associação fez alguma coisa pela nossa comunidade, mas por mim como membro sim, ajudou. (E5)

Acho que toda associação deveria se interessar por sua comunidade, não só pelos associados, mas sei que não é assim que acontece. (E6)

Professor, não vejo nossa associação fazer nada que possa dizer que foi por nossa comunidade. (E7)

[...] é difícil fazer as coisas por aqui, mas o povo da associação tá tentando conseguir as coisas boas aqui pra nós todos. (E8)

Podia mesmo acontecer de se interessar pela gente da comunidade, mas as coisas boas só na promessa. (E9)

Não acredito muito nessas conversas de que estão interessados em ajudar a comunidade, no fim todo mundo quer mesmo é só ajuda, mas ajudar que é bom nada. (E10)

4.9 ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO E SUAS VANTAGENS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR E A SUSTENTABILIDADE NA REGIÃO

Conforme é defendido na literatura, o associativismo e o cooperativismo tem se apresentado como uma boa alternativa para o fortalecimento da agricultura familiar e conseqüentemente para a sustentabilidade da região, uma vez que proporciona uma melhor qualidade de vida a seus membros através dos benefícios de suas conquistas.

O fomento de práticas de cooperação pode auxiliar na criação de uma cultura mais sensível às necessidades de práticas menos degradantes. Quando se desenvolve o espírito de ajuda mútua fica propício à atração de benefícios não apenas para um indivíduo, mas para o coletivo, pois se cria um ambiente mais favorável ao desenvolvimento tanto econômico quanto social e ambiental.

Na pesquisa pode-se constatar que com as ações executadas pelas associações foram conseguidos alguns benefícios que facilitaram a vida do agricultor no campo, proporcionando um avanço nos aspectos econômicos, sociais e ambiental. Essas vantagens têm contribuído para permanência da família de agricultores em sua pequena propriedade, que tem desempenhando um papel relevante no que tange a preservação do meio ambiente, uma vez que o simples fato de se manterem em sua propriedade rural, dificulta a entrada de outros agentes com práticas mais agressivas, que geram degradação ambiental.

Pra começar o agricultor familiar não realiza produção em larga escala, isso é bom pro meio ambiente, [...] a associação tem ajudado desde o plantio até na comercialização dos nossos produtos. Foi adquirido através da associação trator, caminhão, casa de farinha, equipamentos agrícolas, manutenção das estradas. (E1)

[...] estamos melhor, temos apoio de técnicos do IDAM e SEPROR, conseguimos dinheiro para comprar equipamentos pra todos os associados, ficamos menos preocupado com algumas coisas tipo: como transportar nossos produtos e pra quem vender [...]. (E2)

O associativismo é muito bom, ajuda a gente com alguns problemas, as autoridades, não tinha olhos pra gente agora têm, nossa comunidade agora tá crescendo, já ganhamos até transporte para tirar nossos produtos e levar para as feiras para comercialização. (E3)

Aqui tá melhor agora, mas não sei se isso é por causa da nossa associação. Não vejo ninguém fazer nada, mas percebi algumas coisas boas acontecendo, agora temos um trator arrumando nossa estrada e também um caminhão da prefeitura que passa pegando nossa produção pra gente vender (E4)

[...] conseguimos muitas coisas, até casa de farinha veio pra gente trabalhar, mas acho que o melhor de tudo foi a energia que chegou depois de umas 3 viagens do presidente pra Manaus foi lá pedir o luz pra todos, agora tem energia o dia todo na comunidade. (E5)

Acho que a associação ajuda a gente e a gente faz o que pode pra manter nossa região da melhor forma possível, [...] quase não fazemos derrubada, só quando é preciso mesmo. (E6)

Sem nossa associação acho difícil ficar aqui, o pessoal, lá de cima, não quer nem saber da gente, nossa estrada já ficou por anos sem ajeitarem e hoje em dia pelo menos isso acontece conforme vai precisando. (E7)

Se eu e meus vizinhos deixar nossa terra pra ir pra cidade vão invadir aqui e destruir tudo! Hoje não temos tanta necessidade de mudar para a cidade, nós pode ficar aqui pelavilda mesmo, a associação cuida das coisas lá fora[...]. (E8)

Vixe! Sei nem como falar. Mas acho que o associativismo, a associação ajuda muito a gente aqui e nós cuida da natureza. (E9)

Talvés não tenha sido a associação, mas coisas que antes não acontecia agora acontece, máquinas vêm arrumar as estradas [...], toda semana passa um caminhão para pegar a produção e levar para vender. (E10)

4.10 DIFICULDADES E NECESSIDADES DO AGRICULTOR FAMILIAR

O pequeno agricultor é frequentemente caracterizado pela atividade rural familiar, pois, nas pequenas propriedades, os proprietários que são chefes de família,

que em seus empreendimentos rurais coordenam as atividades produtivas com seus familiares, dando origem à agricultura familiar. A continuidade nesse tipo de empreendimento familiar é uma tarefa desafiadora para os mais velhos, pois eles não medem esforços para proporcionar bons estudos e melhor qualidade de vida para os seus filhos e os mesmos muitas vezes optam por não seguir o trabalho dos pais, abandonando a atividade de produção rural. A agricultura familiar desenvolve suas atividades em uma determinada região, a partir de um sistema de produção local, mas que sofre pressão do mundo moderno com seu mercado cada dia mais competitivo, o que acaba forçando a busca por novas ferramentas e tecnologias mais adequadas ao cenário que se encontra, tornando-as assim a cada dia mais indispensável. O associativismo tem sido apresentado como uma alternativa viável para diminuir os efeitos dessa pressão imposta.

Na entrevista em profundidade muitos foram os relatos acerca das dificuldades enfrentadas pelo agricultor familiar, em especial a falta de interesse do poder público em resolver problemas fundiários, com o desenvolvimento de programas de legalização das terras das pequenas propriedades na região, o que é pré-requisito para se adquirir o CAF e assim participar de editais públicos com programas de incentivo à produção agrícola. O desinteresse das novas gerações que quando saem de sua propriedade rural para continuar os seus estudos acabam optando por não dar continuidade ao cultivo da cultura agrícola familiar praticada pelos mais velhos; acesso limitado a serviços públicos essenciais com educação, saúde, segurança pública, energia elétrica, transporte entre outros. Foi citado ainda que em algumas ocasiões esse tipo de problemática tiveram seus efeitos minimizados com algumas ações promovidas pela associação junto aos poderes públicos.

[...] programas de incentivos do governo exigem muitos documentos do agricultor. O acesso a esses programas poderiam ser menos burocráticos. Outra dificuldade é convencer nossos filhos a continuar cultivando nossa terra, não tem incentivos para quase nada aqui. (E1)

[...] tem uma estrada de acesso para tirar nossa produção, que já passou anos sem manutenção, mas através da associação conseguimos a manutenção dela às vezes. Outro problema era o transporte, muitas vezes mais caro que o faturado na venda dos produtos da colheita, nossa associação conseguiu um caminhão para fazer esse transporte. Outro problema é o documento da terra, boa parte das propriedades estão sem documentos de legalização das terras. Alternativa boa seria o governo proporcionar um multirão para regularizar nossas propriedades. (E2)

Tenho terra pra plantar, mas transportar os produtos é um problema. Preciso comprar um caminhão, mas sem documento da terra o banco não financia. Precisamos de políticas públicas de legalização de terras de forma a regulamentar as unidades de produção para que assim o agricultor familiar tenha acesso aos benefícios dos programas do governo e ainda fazer um empréstimo. (E3)

As burocracias que dizem que são legais, mas de legal não têm nada. Poderiam facilitar o acesso pra participarmos das coisas que dizem que é pra gente, pra gente ter direito a um motor rabeta pedem tanto documento que agente acaba desistindo do equipamento, com a associação eles corre atrás de tudo pra gente[...]. (E4)

Não tem nem médico aqui no posto da comunidade, na escola passa de mês sem professor, sem falar da falta de segurança, outro dia teve um associado de uma associação que foi morto dentro de casa, dizem que foi por problemas de terra. Isso que dá, terra sem documento não tem dono e aí fica a briga, [...]. (E5)

Não consigo fazer um financiamento por que não tenho documento da minha terra, isso desmotiva a gente continuar trabalhando no campo. Minha família está na cidade sem pensar em voltar para a lavoura. Até tem uns programas que são pra ajudar o produtor mas o governo mesmo exige documentos que ele mesmo não faz pra gente. Aí fica difícil, né? (E6)

Acho que agora o que tá assustando mesmo gente é essa insegurança, já mataram 3 pessoas aqui na região, um era presidente de uma associação. As pessoas tão abandonando suas casas, indo para a cidade, não tem segurança nenhuma aqui no mato. Meu filho foi embora e falou que não pisa mais o pé aqui! Fico sem saber quem vai continuar com nosso sítio. (E7)

Mano, na boa! Aqui até com a associação brigando pela gente, tá difícil! Já fizemos até abaixo assinado mas ninguém olha pra nós. Nós quer só o documento do que é da gente, sem esse documento não tiro meu CAF e não consigo pegar dinheiro que o governo oferece pra nós produtor. (E8)

[...] aqui só tem estrada de barro e sem condições de transitar carro, só passa moto. Como tirar a produção de moto? A associação da região tem conseguido a manutenção da estrada de acesso. E ainda um trator pra que ajuda a transportar os produtos nas partes mais ruim da estrada. (E9)

Quando preciso de um médico tenho que ir na cidade, quando preciso de um dentista também, tudo que precisamos nada tem aqui! Serviço do governo só atende quem tem propriedade mais próxima da cidade [...]. (E10).

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O cooperativismo na agricultura familiar é uma alternativa que pode fortalecer essa prática, por meio da soma de esforços que torna o produtor mais competitivo, por alcançar novos mercados consumidores, adquirir insumos mais baratos, melhorar a produção e gerar mais lucros para seus cooperados, possibilitando ainda, aos produtores acesso a linhas de créditos e outros recursos necessários para a produção.

As cooperativas são organizações que desempenham um importante papel no contexto socioeconômico, na medida em que atuam apoiando seu desenvolvimento, principalmente das pequenas propriedades rurais, onde juntas reúnem forças para ganhar destaque e espaço no mercado competitivo (Moraes & Schwab, 2019).

O associativismo, como organização, é capaz de promover o desenvolvimento sustentável e gerar benefícios para a agricultura familiar, através da aquisição de insumos mais acessíveis, do uso compartilhado de máquinas e equipamentos, da busca de novos mercados para a comercialização da produção em conjunto, gerando ganhos financeiros a seus membros.

Os dados obtidos junto aos órgãos públicos ligados à produção agrícola, permitiram fazer uma análise documental sobre as atividades ligadas ao cooperativismo e ao associativismo no município de Humaitá-AM. Quando procurada, a Secretaria Municipal de Agricultura orientou que esta análise ocorresse no Programa de Extensão Rural do IDAM e SEPROR, em virtude dos acompanhamentos realizados as cooperativas e associações da região por profissionais desses órgãos.

Primeiramente, buscou-se responder às perguntas norteadoras deste estudo, através de informações junto ao IDAM e SEPROR, por meio do programa de extensão rural, com profissionais da área. Em sua entrevista, o extensionista rural do IDAM, relatou que a inexistência de cooperativas ligadas à agricultura familiar, citou como possível causa: políticas públicas assistenciais voltadas apenas para atender membros de associações sem fins lucrativos, fomentando o associativismo, excluindo as cooperativas da assistência, tornando uma barreira para o desenvolvimento do cooperativismo na região.

Da mesma forma, o extensionista rural da ADAF, relatou em sua entrevista a inexistência de cooperativas ligadas à agricultura familiar e a ausência do cooperativismo se deve a falta de incentivos ao desenvolvimento do mesmo. Essas ações assistenciais têm colaborado com o avanço singelo do associativismo, como,

por exemplo, um edital vigente à época, que estaria visando selecionar projetos de uma associação para captação de recursos, para aquisição de bens e materiais. O governo do estado, através da agência de fomento do estado em parceria com o Fundo de Promoção Social e Erradicação da Pobreza – FPS, por meio de edital, incentiva o associativismo através do programa de fomento de projetos autossustentáveis. Esses projetos exigem que as associações tenham mais de 50% dos membros com o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar-CAF³ e, ainda, é destinada à produção agrícola de agricultores de pequeno porte.

Os dados e informações apresentados a seguir tratam da produção agrícola, fornecidos pelo Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – IDAM e Secretaria de Estado de Produção Rural- SEPROR, acerca do levantamento das cooperativas da região, constatando a inexistência de cooperativas ligadas a agricultura familiar, porém a existência de associações. A partir dessa informação, buscou-se mapear 03 (três) associações e verificar como está seu funcionamento e ações voltadas para a agricultura familiar (Quadro 4), bem como investigar os motivos da não existência de cooperativas na região.

Quadro 4: Mapeamento das Associações de Produtores Rurais.

| | |
|-------------------|--|
| Associação | AAAMA – Associação Agricultores do Assentamento Maria Auxiliadora |
| Comunidade | Ipixuna |
| Finalidade | Agroindústria familiar; Auxiliar no desenvolvimento da Agricultura Familiar e firma parcerias para captação de recursos técnicos e financeiros para as famílias associadas; Cadastramento junto a AMAZONASTUR (Empresa Estadual de Turismo do Amazonas) Governo Estadual. |
| Objetivo: | Auxiliar no desenvolvimento da Agricultura Familiar e firma parcerias para captação de recursos técnicos e financeiros para as famílias associadas; Aquisição de um Laboratório de Informática Benefícios; Desenvolvimento profissional, capacitação dos associados e demais interessados da comunidade geral; Desenvolver o Turismo ecológico na região do Rio Ipixuna; -Adquirir um veículo para auxiliar na logística da associação |
| Ação | Destacar a relevância do trabalho das famílias associadas para a sobrevivência de muitas famílias no campo, por meio das atividades produtoras que exercem; |

³ é o instrumento para identificar e qualificar o público beneficiário da Política Nacional da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326/2006), bem como, a Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA), os Empreendimentos Familiares Rurais e as formas associativas da agricultura familiar (cooperativas agropecuárias e associações rurais). (MAPA 2020).

| | |
|---|--|
| | A venda de diversos tipos de produtos que plantam na roça e fazem para serem vendidos na feira e ainda o Ecoturismo. |
| Nível de Implementação Orçamento/Financiamento | Planejamento/Execução, não possui orçamento, a fonte de financiamento é estadual por meio de fomento, tem como parceria a Prefeitura de Humaitá, Fundo de Promoção Social e Erradicação da Pobreza-FPS e o IDAM. |
| Associação | APHOFAC – Associação dos Hortifrutigranjeiros do Alto Crato |
| Comunidade | Alto Crato |
| Finalidade | Agroindústria familiar; Auxiliar o pequeno produtor familiar na produção de produtos agrícolas, pec. |
| Objetivo: | Melhorar a condição de vida da comunidade por meio da geração de renda decorrente dos produtos vendidos; Firmar parcerias para angariar fundos para financiar a produção das famílias associadas; Adquirir um trator para auxiliar no processo de produção; Adquirir um caminhão para escoamento da produção |
| Ação | Destacar a importância do trabalho dos produtores na produção e venda dos produtos para a sobrevivência e permanência dos agricultores no campo; Melhorar o processo produtivo através do uso compartilhado de máquinas e equipamentos no preparo do solo; Buscar junto ao IDAM acompanhamento e orientação de correção do solo, adubação, plantio e colheita, por programas de Extensão Rural; Participar do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). |
| Nível de Implementação Orçamento/Financiamento | Não possui orçamento, a fonte de financiamento é própria e estadual por meio de fomento, tem como parceria o Fundo de Participação Social-FPS, IDAM e o ICMBIO. |
| Associação Rural | Da BR 319- dos produtores rurais da Cristolândia |
| Comunidade | Cristolândia |
| Finalidade | Agroindústria familiar |
| Objetivo: | Atender as necessidades dos agricultores familiares da Associação, e, utilizar a mão de obra familiar para reduzir os custos da produção, e, firmar parcerias para angariar fundos para financiar a produção das famílias associadas. |
| Ação | Melhorar o processo produtivo, através do uso compartilhado de máquinas e equipamentos no preparo do solo; Buscar junto ao IDAM acompanhamento e orientação de correção do solo, adubação, plantio e colheita, por programas de Extensão Rural; Participar do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), para a venda da produção em escolas e hospitais; Diversificar a atividade produtiva por meio da participação da mulher como parceira do homem em todas as etapas. |
| Nível de Implementação Orçamento/Financiamento | Planejamento/Execução, não possui orçamento, a fonte de financiamento é própria e estadual por meio de fomento, tem como parceria o FPS, IDAM. |

Fonte: Autoria própria, 2023.

No quadro 04, são apresentados as associações selecionadas e os resultados dos programas destinados a agroindustrial familiar desenvolvido por 03 (três) associações de famílias produtoras da zona rural. Observa-se que uma característica comum entre essas comunidades é a implementação do programa agroindustrial familiar, por meio do qual todos os membros das associações são voluntários. Em todos os casos o principal objetivo das associações é melhorar as condições de vida dos associados e de toda a comunidade, através da geração de emprego e renda para os membros da família, proveniente da venda dos produtos nas feiras e angariar recursos para financiar a produção das famílias associadas.

De acordo com as entrevistas realizadas nas comunidades, com os membros das associações, essas desempenham um papel importante na produção, na comercialização dos produtos e na busca por parcerias e recursos financeiros. Essa participação demonstra a importância do papel dessas organizações sociais no fortalecimento da economia local:

a) A Associação dos Agricultores do Assentamento Maria Auxiliadora (Ipixuna), é composta por 48 famílias associadas. Essa associação existe há mais de 10 anos e tem desempenhado um papel importante no auxílio às famílias da comunidade, por meio da implementação do turismo ecológico na região do rio Ipixuna, da celebração de convênios (Termo de Fomento) com o Governo do Estado, melhoria do processo produtivo por meio de parcerias de programas de extensão rural, com o IDAM e SERPROR, e ainda, a execução de projetos que visam auxiliar financeiramente as famílias da comunidade. A coordenação da associação está a cargo do Sr. J. A. M. S, que está em seu primeiro mandato de direção (1/2).

Durante a sua gestão o Sr. J. A. M. S, conseguiu firmar convênios e obter fomento através do Fundo de Promoção Social-FPS, facilitado os trabalhos dos produtores por meio da oferta de máquinas para o desenvolvimento das atividades agrícolas e ainda está comprometido com o cadastramento junto a AMAZONASTUR, para desenvolvimento do turismo ecológico.

b) A Associação dos Moradores do Alto Crato - APHOFAC – Associação dos Hortifrutigranjeiros do Alto Crato, é composta por 52 famílias associadas, na sua maioria de origem ribeirinha.

Segundo o relato do presidente, essa associação existe há mais de 15 anos e nos últimos cinco anos tem conseguido crescer e se desenvolver melhor, uma vez que, associação foi contemplada com vários fomentos do Fundo de Promoção Social (FPS) que possibilitou a aquisição de maquinários (tratores) e equipamentos para preparo do solo, mecanizar a produção, auxiliar na colheita e na fabricação de farinha, com um forno torrador industrial e um dos maiores desafios enfrentados é a questão logística, com a melhoria das vicinais para facilitar o escoamento da produção da associação até a cidade.

A associação APHOFAC, tem buscado firmar parcerias e apoio junto ao IDAM e SERPROR, para que eles apoiem com orientações sobre correção do solo, adubação, plantio e colheita, por meio de programas de Extensão Rural. O IDAM ainda apoia os produtores com a realização de feiras para a comercialização dos produtos e por meio da participação junto ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

O presidente, o Sr. F. S. S., informou que a associação tem buscado o alcance das metas estabelecidas no plano de trabalho do atual presidente, encontra-se em 75% dos objetivos propostos. No ano de 2020, a associação foi contemplada com mais um fomento do Fundo de Promoção Social (FPS) que possibilitou a aquisição de maquinários para auxiliar na mecanização da produção e transporte da produção com um trator e um caminhão.

c) A Associação dos Produtores da Cristolândia, localizada na BR 319, tem como membros 40 famílias associadas. Essa associação tem uma participação paritária de homens e mulheres, com 50% de cada gênero, e busca a igualdade de gênero em todos os aspectos. Embora seja uma associação jovem, com apenas cinco anos de existência, tem um homem como presidente, mas a direção é composta tanto por homens quanto por mulheres.

Nesse período, a associação já conseguiu adquirir alguns maquinários, como um trator, para auxiliar as famílias nas plantações e melhorar o processo produtivo por meio do uso compartilhado de máquinas e equipamentos no preparo do solo. A parceria feita junto ao IDAM está possibilitando aos associados receberem orientações sobre correção do solo, adubação, plantio e colheita, por meio dos programas de Extensão Rural. No que se refere à comercialização dos produtos, a associação está firmando convênio junto ao Programa Nacional de Fortalecimento da

Agricultura Familiar (PRONAF), visando a venda da produção em escolas e hospitais.

Para o seu presidente, a associação já alcançou 80% de suas metas, propostas em sua gestão, mas, para melhorar a vida dos produtores, faz-se necessário a regularização fundiária na região onde vivem devido à dificuldade do acesso a crédito rural para investimentos adicionais em seus terrenos, causando um impacto negativo nas famílias associadas.

5.1 RESULTADO E DISCUSSÕES QUANTO AOS PRINCÍPIOS

O associativismo e cooperativismo são doutrinas providas de princípios que norteiam as ações nas organizações. Segundo as declarações realizadas pelos entrevistados, os princípios citados no quadro de categorias estão sendo seguidos pela equipe gestora e os membros das associações, sendo observado apenas algumas situações com uma certa divergência quando confrontado os fatos relatados com as teorias. Ainda assim os resultados alcançados com a prática do associativismo foi entendido como satisfatórios, uma vez que através das associações foram conquistados muitos benefícios para seus membros e todos da comunidade, sendo notável na região um desenvolvimento econômico, social e ambiental. Para melhor entendimento segue a análise da aplicação dos princípios do associativismo e cooperativismo.

O princípio que versa sobre a liberdade de filiação e desfiliação, Cardoso (2009) defende que todos sejam livres para aderir a associação bem como a desvinculação da mesma, ficando assim vedado todo e qualquer tipo de restrição ou condicionante sobre a participação das pessoas. Qualquer interessado é assistido por esse princípio, uma vez que prever a proibição de discriminação de qualquer natureza, seja sexual, religiosa, racial, política ou outros tipos. Pode-se constatar que todas as associações têm praticado esse princípio, sendo relatado apenas um caso de negativa de filiação, essa rejeição foi feita em assembleia geral, mas isso aconteceu com base em antecedentes criminais do solicitante.

De acordo com Freitas et al. (2009), a gestão da cooperativa é complicada de ser desenvolvida, uma vez que a mesma apresenta forma específica coletiva. A Gestão democrática é um princípio no qual, segundo Cardoso (2009), todos os membros de uma associação deve ter participação ativa nas formulações das políticas de ação, bem como no processo de tomada de decisões.

Na entrevista evidenciou-se que a gestão da associação ocorre dentro uma ideologia democrática, com a participação dos membros para a escolha de sua equipe gestora dentre os mesmos. Com relação ao poder de decisão, nas associações as problemáticas e possíveis soluções são levadas a conhecimento dos associados em assembleia geral que posteriormente podem apresentar outras alternativas ou escolher dentre as soluções expostas. Porém, nem todos tiveram declarações iguais, houve divergência nas respostas dos entrevistados quanto à forma de gestão da associação. Há relatos de casos de presidentes perpetuando-se na gestão da associação e tomando decisões monocraticamente, o que na prática tem ocasionado em desfiliação de muitos membros, sendo ainda citado caso de associação que foi extinta devido a situações como esta.

No que se refere a participação econômica dos associados, a literatura ressalta que não existe capital social nas associações, uma vez que os associados contribuem de forma igual para a formação do patrimônio das mesmas. Essa é uma das diferenças das cooperativas, que têm capital social e em caso de sobras, no final do exercício, essas podem ser divididas entre seus membros. Como os entrevistados são membros de associações esses relataram que pagam uma taxa mensal que serve para custear a manutenção da sede da associação e ainda realizar algumas ações sociais. Essa arrecadação pode sofrer com a negativa quanto ao pagamento da taxa em casos de falta de confiança na equipe gestora.

Segundo o princípio da intercooperação caso exista algum trabalho, de maior complexidade, que faça necessário recorrer a outras organizações para ajudar em seu desenvolvimento, para assim alcançar resultados mais satisfatórios, tanto as associações como as cooperativas podem formar parceria umas com as outras.

Para Cardoso (2009) práticas como a ajuda mútua nos trabalhos mais complicados de serem executados ajuda na promoção e fortalecimento do movimento. Porém deve-se atentar para outro princípios que é a prevalência da autonomia e da independência das organizações em sua tomada de decisão, vedando assim todo e qualquer tipo de interferência externa. Foram unânimes os relatos sobre a prática da independência e autonomia nas associações, por outro lado não existe o desenvolvimento trabalhos em cooperação com outras organizações, o que pode ser um dos motivos para o movimento associativista e cooperativista não esta sendo fomentado, e assim fortalecido na região.

De acordo com Cardoso (2009), o princípio da educação, informação e informação é o Princípio que ressalta a relevância do acesso aos programas educacionais e de capacitação não apenas para os membros da cooperativa, mas que se estenda a todos da comunidade a qual esteja inserida. Estende-se também esse entendimento às associações, por serem entidades que buscam o desenvolvimento profissional de seus membros a partir de programas educacionais e capacitações. Os indícios apontados nas entrevistas foi que as associações tem atuado pouco na capacitação de seus membros, pois o máximo que foi relatado foram palestras, por outro lado nenhum comentário sequer sobre cursos ou capacitações, deixando explícito que as associações ficaram muito aquém do que poderiam.

Contudo, ao criar-se uma associação, a tendência é que a mesma traga benefícios não apenas para seus membros mas também para todos os membros da comunidade a qual ela esteja inserida. A responsabilidade social das associações provoca uma busca por estabelecer processos que gerem desenvolvimento sustentável da comunidade como um todo através de ações mais efetivas. As associações, mesmo sem ter de fato interesse nesse desenvolvimento comunitário, têm alcançado resultados satisfatório nos aspectos sociais, econômicos e ambientais, levando a todos benefícios e proporcionando uma melhora na qualidade de vida de todos os membros da comunidade a qual esteja situada. Isso pode ser evidenciado na fala dos entrevistado ao citar vários benefícios que foram levados aos comunitários em geral através das ações das associações.

Diante das contribuições de pessoas que estão vivendo o associativismo, foi possível compreender como está sendo desenvolvido esse movimento nessa região que é notório sua de pouca acessibilidade, a partir da análise da aplicabilidade dos princípios associativistas e cooperativistas. O resultado é bastante satisfatório no que se refere a prática dos princípios, deixando explicito a necessidade de melhoria em algumas pontos que ainda não estão sendo bem trabalhados em especial a parte dos trabalhos de intercooperação, da promoção da formação e capacitação e do empenho pelo desenvolvimento da comunidade.

5.2 RESULTADOS E DISCUSSÕES QUANTO AOS BENEFÍCIOS

Na literatura tem-se elencado diversos benefícios que o associativismo e o cooperativismo podem proporcionar a seus membros e a comunidade a qual esteja

sendo desenvolvido. Estudos realizados por Ferreira et al. (2017), apontam que o cooperativismo tem sido uma importante ferramenta de fortalecimento da agricultura familiar, contribuindo para a melhoria do processo produtivo e da renda dos produtores rurais, uma vez que as cooperativas têm desempenhado um papel significativo na organização e comercialização dos produtos da agricultura familiar, contribuindo para sua valorização e reconhecimento no mercado. Corroborando com essa ideia Silva et al. (2015), ressalta a contribuição do cooperativismo para o fortalecimento da produção sustentável da agricultura familiar, uma vez que proporciona aos pequenos agricultores melhores condições de financiamento, apoio técnico e logístico, além do acesso a novos mercados, fomentando assim o desenvolvimento socioeconômico da região em que se encontra, gerando emprego e renda no campo.

Genericamente e em paralelo ao cooperativismo, conforme Bertoldo (2015), o associativismo tem se apresentado e se consolidado como uma ferramenta vital para que uma comunidade saia do anonimato e passe a ter maior expressão social, política, ambiental e econômica.

Neste sentido, Batalha, Buainain e Souza Filho (2005), Bertoldo (2015) e Moraes (2017), defendem que o associativismo, através das associações tem possibilitado que os agricultores tenham maior articulação e representatividade política, permitindo defender seus interesses e reivindicar políticas públicas específicas para a agricultura familiar. De acordo com Moraes (2017), o associativismo é uma estratégia que está fundamentada na lógica da ação coletiva e, direciona seus esforços para criar uma sinergia entre os produtores, com a finalidade de gerar benefícios mútuos.

Ficou claro no manifesto dos entrevistados que através das associações muitas foram as conquistas, que antes eram difíceis de serem alcançadas com ações isoladas. Mas com o desenvolvimento do movimento associativista na região sul do Amazonas, foi trabalhado o espírito da solidariedade entre os membros da comunidade, o que fez com que os mesmos se unissem para ajuda-se mutuamente, criando assim associações de produtores que veio a proporcionar um maior poder nas negociações para aquisição de insumos e para a comercialização de seus produtos, além de acesso a financiamentos, equipamentos e assistência técnica de maneira mais eficiente e menos custosa, podendo gerar vários benefícios, como a melhoria da renda e condições de vida, a agregação de valor aos produtos e o

fortalecimento da agricultura familiar como um todo, o que pode resultar em um desenvolvimento de forma sustentável.

Nesta perspectiva, Verona (2007) considera que o desenvolvimento sustentável deve estar fundamentado em três dimensões: a social, a econômica e a ambiental. Na dimensão ambiental o ecossistema utilizado deve manter suas características e inter-relações fundamentais ao longo do tempo. A dimensão econômica está relacionada às condições que geram rendas constantes e estáveis. E no campo social o manejo dos recursos naturais deve ser compatível com os valores culturais das comunidades envolvidas.

Os aspectos relacionados a dimensão econômica, refere-se à capacidade de ações e intervenções serem economicamente viáveis e estarem dentro das capacidades de investimento, dizem respeito a alocação e manejo adequado dos recursos naturais, com destaque para a mão de obra utilizada, rendimentos dos cultivos, dependência de insumos externos, comercialização, lucratividade / renda da família e controle administrativo e financeiro, possibilitando um equilíbrio entre desenvolvimento econômico, preservação ambiental e inclusão social (FERREIRA, et al. 2012). É inegável a influência das associações na renda dos agricultores familiares, pois essas têm ajudado desde a aquisição de insumos até a comercialização de seus produtos, sempre com vistas a promover menor custo e maior lucratividade, sem que isso gere qualquer tipo de incômodo para o agricultor familiar.

A dimensão social envolve preocupações com a condição de vida das pessoas, promoção da igualdade e justiça social, que pode ser alcançado por meio da implementação de políticas públicas direcionadas para combater a pobreza, com geração de emprego, moradia, educação, com vista a melhoria da qualidade de vida (FOLADORI, 2002). São verificados também, aspectos relacionados a qualidade de vida, continuidade no campo, satisfação com o trabalho e residência no campo, acesso a informação, acesso a serviços essenciais básicos, como: saúde, educação, acesso a água tratada e iluminação (FERREIRA, et al. 2012). Foram muitas declarações relatando os benefícios que foram conquistados através das associações, tais como: manutenção das estradas, com reparos de pontes, aquisição de caminhão e tratores, materiais e equipamentos para o trabalho agrícola, assistência técnica de profissionais dos órgãos do públicos, dentre outros. É certo que esses benefícios tem proporcionado uma melhora na qualidade de vida de seus

membro que acaba se estendendo a todos da comunidade na qual a associação se insere.

Na dimensão ambiental são verificados aspectos relacionados à sustentabilidade, tais como: diversidade de espécies; manejo agroecológico; qualidade do solo; área de vegetação nativa; água; esgoto; resíduos sólidos e obtenção de sementes (FERREIRA, et al. 2012) e aspectos relacionados ao equilíbrio e manutenção dos ecossistemas.

Neste sentido, Ehlers (2017) descreve que a agricultura familiar sustentável busca equilibrar produção de alimentos com a preservação dos recursos naturais e proteção do meio ambiente, por meio da adoção de sistemas produtivos eficientes e rentáveis a longo prazo, com uso de estratégias como a rotação de culturas, produção das culturas com o mínimo de impacto adverso para o meio ambiente, diversidade de espécies plantadas, uso de fertilizantes orgânicos e gestão integrada de pragas e doenças, além do atendimento às necessidades de alimento e renda.

Assim, observou-se que as famílias de fato desenvolvem a cultura de fazer rotação em seus plantios, de utilização de métodos mais naturais e menos degradante ao meio ambiente, por isso é importante que as famílias sejam incentivadas a permanecer em suas pequenas propriedades. Neste caso, conforme relatado, o associativismo vem desempenhando bem essa tarefa de prestar assistências às famílias para que as mesmas não tenham que abandonar suas propriedades rurais, e continuem praticando sua cultura de explorar apenas o necessário para o sustento da família e como consequência natural chega-se a tão falada preservação do meio ambiente

5.3 RESULTADOS E DISCUSSÕES QUANTO AOS GARGALOS DO AGRICULTOR FAMILIAR

O pequeno agricultor frequentemente é caracterizado pela atividade rural familiar, pois as pequenas propriedades têm proprietários que são chefes de família que em seus empreendimentos rurais coordenam as atividades produtivas com seus familiares, dando origem à agricultura familiar. O agricultor familiar sofre exclusão no processo tecnológico da produção agrícola eficiente de grandes culturas, desencadeando a pobreza no campo e, conseqüentemente, o fenômeno do êxodo rural (SALTON *et al.*, 2005).

Na entrevista em profundidade muitos foram os relatos acerca das

dificuldades enfrentadas pelo agricultor familiar, em especial a falta de interesse dos poderes público em resolver problemas fundiários, uma vez que não desenvolvem programas de legalização das terras das pequenas propriedades na região, o que é pré-requisito para se adquirir o CAF e assim participar de editais públicos com programas de incentivo à produção agrícola.

Dar continuidade a esse tipo de empreendimento familiar tem sido uma tarefa desafiadora para os mais velhos, pois eles não medem esforços para proporcionar bons estudos e melhor qualidade de vida para os seus filhos e os mesmos muitas vezes optam por não seguir o trabalho dos pais, abandonando a atividade de produção rural. O desinteresse das novas gerações que quando saem de sua propriedade rural para continuar muita das vezes os seus estudos, acabam optando por não dar continuidade ao cultivo da cultura agrícola familiar praticada pelos mais velhos.

Outro fator que pode ser visto como uma dificuldade é o da agricultura familiar sofrer pressão do mundo moderno com seu mercado cada dia mais competitivo. Foi relatado ainda o acesso limitado a serviços públicos essenciais com educação, saúde, segurança pública, energia elétrica, transporte entre outros. Por outro lado, alguns entrevistado defenderam que as associações através de suas ações, inclusive junto a órgãos públicos, tiveram bons resultados e têm conseguido minimizar os efeitos dessas problemáticas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou avaliar as contribuições do cooperativismo e do associativismo para o fortalecimento da agricultura familiar em Humaitá-AM. Na entrevista, conforme foi demonstrado nas declarações dos entrevistados, ficou claro que o cooperativismo não é praticado na região, por outro lado, foi possível constatar que o associativismo é desenvolvido e tem proporcionado muitos benefícios para os agricultores familiares, bem como a todos os membros da comunidade na qual a mesma está inserida.

Na Fundamentação Teórica foi apresentado o cooperativismo e seus benefícios para a agricultura familiar e pequenos produtores rurais. O cooperativismo, na agricultura familiar, é uma alternativa que pode fortalecer essa prática, pois, através do cooperativismo é possível somar esforços e tornar o produtor mais competitivo, para alcançar novos mercados consumidores, adquirir insumos mais baratos, melhorar a produção e gerar mais lucros para seus cooperados. Além disso, as cooperativas possibilitam aos produtores acesso a linhas de créditos e outros recursos para financiar a produção.

Em seguida escreveu-se sobre o associativismo como organização, capaz de promover o desenvolvimento sustentável e gerar benefícios para a agricultura familiar. Através das associações, os pequenos produtores se unem para adquirir insumos mais baratos, fazem uso de máquinas e equipamentos de forma compartilhada, buscam alcançar novos mercados e comercializar seus produtos em conjunto e, ainda, defender suas demandas junto as autoridades públicas, com políticas públicas que trazem ganhos financeiros e fortaleçam o desenvolvimento local dos associados.

O estudo mostrou que o cooperativismo no município de Humaitá tem sofrido resistência entre os agricultores familiares e suas ações demonstram não haver interesse em desenvolver seus trabalhos por meio do cooperativismo rural. O fato é que ao serem abordados para falar sobre o assunto, os produtores rurais tratam o assunto com certo descaso, ressaltando que a associação atende aos seus interesses, corroborando com as declarações dos extensionistas rurais do IDAM e ADAF, em virtude das políticas públicas governamentais em execução na região, contemplarem apenas as associações com seus programas de fomento para apoiar os pequenos agricultores, com fornecimento de máquinas e pequenos financiamentos para a compra de insumos para a produção agrícola.

No que se refere ao associativismo, esse é desenvolvido na região e é melhor recepcionado pelos agricultores, uma vez que, as associações permitem que os associados têm acesso às políticas públicas e programas governamentais voltados para atender projetos de apoio aos pequenos produtores rurais, através de editais que contemplam recursos públicos para as associações. É válido destacar que, esses programas têm incentivado a agricultura familiar, pois, para serem assistidos pelo programa os agricultores têm que ter o CAF, Cadastro Nacional da Agricultura Familiar. As associações têm buscado viabilizar para que seus membros consigam fazer esse cadastro e estar habilitada a participar dos editais e apresentar seus projetos, em função da necessidade de ter mais de 50% dos seus associados com o CAF, se não tiver esse percentual superior a 50% de seus associados, a mesma fica desqualificada no processo de seleção.

Desse modo, pode-se observar que as associações são organizações sociais presentes no município de Humaitá-AM em função das políticas governamentais voltadas ao fomento desse tipo de organização social que desenvolve práticas voltadas para a agricultura de subsistência, destinadas ao produtor e sua família. Evidenciando assim a importância das associações para os pequenos produtores, uma vez que promovem o desenvolvimento da região, melhoria da qualidade de vida dos agricultores, fortalecendo a agroindústria e somando forças para ganhar visibilidade junto ao poder público. Por sua vez, o poder público tem disponibilizado, mesmo que forma ainda não satisfatória, alguns benefícios como: atendimento comunitário de profissionais de saúde, assistência técnica agropecuária, serviços de preparo da terra para plantio, tratores, casa de farinha, caminhões, motores rabetas, materiais para uso na lavoura, sementes, água encanada e energia elétrica.

Não obstante, é importante que se fomente o desenvolvimento do cooperativismo na região, para que os produtores agrícolas familiares experimentem essa alternativa que também pode auxiliar na melhoria da forma de utilização da terras de sua propriedade, gerar maiores riquezas, reduzir os custos da produção, fortalecendo suas práticas para o alcance mercados maiores, agregando assim valores ao produto final, proporcionando um aumento nos lucros e gerando empregos no campo.

Por fim, o estudo apontou que os benefícios conquistados têm gerado qualidade de vida para os agricultores familiares, melhorado a renda e têm contribuído

para a permanência do agricultor e sua família no campo, auxiliando na conservação e preservação do meio ambiente, retirando da natureza apenas os recursos necessários para o seu sustento e manutenção familiar.

É importante destacar as limitações desta pesquisa e a necessidade de se fomentar novas pesquisas nesta área, com uma amostra maior. A sugestão é que as entrevistas ocorram buscando alcançar mulheres associadas, e que seja em um período mais pacífico, pois fatos recentes de violência na região que se encontra com problemas de disputas por terras dificultaram em especial o acesso ao público feminino. Esses aspectos de violência na região foi um fator que dificultou o desenvolvimento deste trabalho, uma vez que as pessoas que estavam sendo procuradas para a entrevista sentiram-se receosas, talvez pelo fato deste entrevistador ser do sexo masculino e ex-policia militar e por ter trabalhado na região por muito tempo. Logo, o que foi evidenciado neste trabalho não foi suficiente para se ter uma constatação conclusiva, mas apenas descritiva, podendo servir de base para novos estudos na região que possam chegar a resultados mais consolidados.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC, 1992.

ANDRADE, M. C.; ALVES, D. C. **Cooperativismo e agricultura familiar: um estudo de caso**. RAIMED - Revista de Administração IMED, Passo Fundo, v. 3, n. 3, p. 194-208, 2013. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/download/31802>. Acesso em: 19 out. 2022.

ANTONIALLI, Luiz Marcelo; SOUK, Gustavo Guiroga. **Princípios cooperativistas e modelo de gestão: um estudo sobre conflitos de interesses entre grupos de produtores rurais**. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2005, Ribeirão Preto-SP. Anais do XLIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Ribeirão Preto-SP: FEARP/USP - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 2005. v. 43. p. 1-19.

BATALHA, M. O.; BUAINAIN, A. M.; SOUZA FILHO, H. M. de. **Tecnologia de gestão e agricultura familiar**. In: SOUZA FILHO, H. M.; BATALHA, M. O. (org.). **Gestão integrada da agricultura familiar**. 1. ed. São Carlos: EDUFSCAR, 2005. v. 1, p. 43-65.

BERTOLDO, Jaqueline. **Cartilha Associativismo**. Incubadora Social. Santa Maria – RS. 2015. Disponível em: <CARTILHA ASSOCIATIVISMO.pdf (ufsm.br)>. Acesso em: 02 Mar 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 18 set. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. Dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Brasília: Casa Civil, 1996a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1946.htm. Acesso em: 18 set. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 9.784, de 7 de maio de 2019. Dispõe sobre a declaração da revogação, para fins do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, e no art. 9º do Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, de decretos normativos**. Brasília: Casa Civil, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9784.htm. Acesso em: 18 set. 2022.

BRASIL. INCRA/FAO. **Perfil da Agricultura Brasileira**. Brasília, Instituto Nacional de Colonização e de Reforma Agrária, 1996.

BRASIL. INCRA/FAO. **Perfil da Agricultura Familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Brasília: INCRA/FAO, 1996.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados: Humaitá**.

Rio de Janeiro: IBGE, 2021a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/am/humaita.html>. Acesso em: 25 out. 2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados/População Estimada 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/humaita/panorama>. Acesso em: 12 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **A Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo**. Brasília: MAPA, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/secretaria-de-agricultura-familiar-e-cooperativismo>. Acesso em: 11 out. 2022.

BRÜSEKE, F. J. **O problema do desenvolvimento sustentável**. In: CAVALCANTI, C. (org.). **Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade sustentável**. São Paulo : Cortez; Recife, PE : Fundação Joaquim Nabuco, 1995. p. 29-40.

BUENDÍA MARTINEZ, I.; PIRES, M. L. L. S. **Cooperativas e revitalização dos espaços rurais: uma perspectiva empresarial e associativa**. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 99-118, 2002. Disponível em: <https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/download/8797/4940>. Acesso em: 19 out. 2022.

CANDIDO, W. P; CANGUÇU, L. R. **Análise da ODS 5: igualdade de gênero nas organizações**. **Brazilian Journals of Business**, Curitiba, v. 3, n. 3. p. 2349-2363, jul./set. 2021. DOI 10.34140/bjbv3n3-024. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJB/article/viewFile/33926/26530>. Acesso em: 15 jan. 2022.

CANDIOTTO, L. Z. P. **Implicações do turismo no espaço rural e em estabelecimentos da agricultura familiar**. **Pasos: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, Laguna, v. 9, n. 4, p. 559- 571, 2011. Disponível em: https://riull.ull.es/xmlui/bitstream/handle/915/16304/PS_09_4_%282011%29_06.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 15 jan. 2022.

CARDOSO, U. C. **Cooperativa – Série Empreendimentos Coletivos**. 2. ed. Brasília: SEBRAE, 2009.

CARMO, M. S. **A produção familiar como locus ideal da agricultura sustentável**. In: FRANDENBURG, A.; FERREIRA, A. D. D. (org.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: UFPR, 1998. p. 215-238

CARVALHO, P. G. M.; BARCELOS, F. C. **Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: ODM**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94600.pdf>. Acesso em: 13 out. 2022.

CAVALCANTI, C. (org). **Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.

CHAMBERS, R.; CONWAY, G. R. **Sustainable rural livelihoods: practical concepts for the 21st century**. **Institute of Development Studies**: discussion paper,

[s. l.], n. 296, 1992.

CORRÊA, M. de A. **Desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade para gestão de recursos hídricos na UGRHI Tietê – Jacaré (SP)**. 2007. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/4229/DissMAC.pdf>. Acesso em: 14 out. 2022.

DALLABRIDA, V.R.; BÜTTENBENDER, P.L. **Gestão, Inovação e Desenvolvimento**. Santa Cruz do Sul: Editora UNISC, 2007.

DIAS, T. F., NUNES E. M., TORRES, F. L., & TORRES, A. C. M. **Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) como estratégia de inserção socioeconômica: o caso do Território da Cidadania Sertão do Apodi (RN)**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. (2013).

DUARTE, J.; BARROS, A. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

DUARTE, L. M. G.; WEHRMANN, M. E. a S. de F. **Histórico do cooperativismo agrícola no brasil e perspectivas para a agricultura familiar**. In: SABOURIN, E. (org.). **Associativismo, cooperativismo e economia solidária no meio rural**. Brasília: CEAM, 2006. (v. 6. n. 23). p. 13-28.

EHLERS, Eduardo. **O que é Agricultura Sustentável**. Editora e Livraria Brasiliense 1ª ed. São Paulo -SP, 2017.

FARIAS, C. M.; GIL, M. F. **Cooperativismo**. Pelotas: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia; Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria, 2013. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/413/2018/12/cooperativismo.pdf>. Acesso em: 17 out. 2022.

Fearnside, P.M. 2003a. **Conservation policy in Brazilian Amazonia: understanding the dilemmas**. World Development 31: 757-779.

FERREIRA, Gabriel Murad Velloso; ZALUSKI, Felipe Cavalheiro Zaluski. **Cooperativismo e Associativismo**. Incubadora Social da UFSM. Santa Maria-RS. Disponível em: <ps://www.ufsm.br/app/uploads/sites/570/2022/03/07.-COOPERATIVISMO-E-ASSOCIATIVISMO.pdf>. Acesso em: 17 Mai. 2023.

FERREIRA, J. M. L. et al. **Indicadores de Sustentabilidade em Agroecossistemas**. Informe Agropecuário, Belo Horizonte, v.33, n. 271. P.12-25. nov./dez. 2012.

FOLADORI, Guillermo. **Avanços e limites da sustentabilidade**. R. paran. Desenv., Curitiba, n. 102, p. 103-113, jan./jun. 2002.

FREITAS, A. F. et al. **O Cooperativismo Popular como Forma de Organização da Agricultura Familiar**. Extensio: Revista Eletrônica de Extensão, Florianópolis, v. 6, n. 8, p.110-119, dez. 2009. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/extensio/article/view/1807-0221.2009v6n8p110/11542>>. Acesso em: 15 nov. 2023

GAMA, D. G. da; BAPTISTA, J. A. de A.; NOVAIS, R.A.B de. **Objetivos de desenvolvimento sustentável: análise da ODS5**. In: FATECLOG, 10., 2019, Guarulhos. Anais eletrônicos [...]. Guarulhos: FATEC, 2019. p. 2-10. Disponível em: <https://fateclog.com.br/anais/2019/OBJETIVOS%20DE%20DESENVOLVIMENTO%20SUSTENT%C3%81VEL%20ANALISE%20DA%20ODS%205.pdf>. Acesso em: 17 out. 2022.

GUILHOTO, J. J. M. *et al.* **A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 35., 2007, Recife. Anais eletrônicos [...] . São Paulo: ANPEC, 2007. p. 1-18. Disponível em: www.anpec.org.br/encontro2007/artigos/A07A089.pdf. Acesso em: 14 out. 2022.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA**. (2019). Censo agropecuário 2017. Rio de Janeiro: Disponível em: <IBGE | Censo Agro 2017 | Censo Agro 2017: população ocupada nos estabelecimentos agropecuários cai 8,8%>. Acesso em: 20 abr 2023.

MARTINEZ, Inmaculada Buendia; PIRES, Maria Luiza Lins e Silva. **Cooperativas e Revitalização dos Espaços Rurais: uma perspectiva Empresarial e Associativa**. Cadernos de Ciência & Tecnologia Brasileira, v. 19, n. 1, p. 99-118, jan/abr. 2002.

MASERA, O.; ASTIER, M.; LÓPEZ-RIDAURA, S. **Sustentabilidad Y Manejo de Recursos Naturales: el marco de evaluación MESMIS**. México: Mundi-Prensa, 1999. 109 p.

MATOS, M. A.; NINAUT, E. S. **O cooperativismo frente às perspectivas econômicas**. INFOTEC: Informativo Técnico do Sistema OCB, n. 2, 2007. p. 9. Disponível em: <<http://www.brasilcooperativo.coop.br>>. Acesso em: 20 out. 2022.

MORAES, L. G.da S. **O associativismo rural e a lógica da ação coletiva: reflexões sobre motivação e engajamento**. Revista Geografia em Atos(Online),v.5, ANO 2021.p.1-22

MORAES, J. L. A., & SCHWAB, P. I. (2019). **O papel do cooperativismo no fortalecimento da agricultura familiar**. *Estudos Do CEPE*, (49), 67-79. Disponível em: <<https://doi.org/10.17058/cepe.v0i49.13679>>. Acesso em 15 nov 2023.

MORATO, A. F.; COSTA, A. **Avaliação e estratégia na formação educacional cooperativista**. In: COOPERATIVISMO na era da globalização. Goiânia, GO: UNIMED - Federação dos estados de Goiás e Tocantins, 2001.

NICOLAU, D.B; SILVA, E.A; FERREIRA, J.B; VICENTE, M.B. **Aplicação do modelo Sustainability Assessment for Agriculture Cooperatives (SAAC) para avaliação do desempenho de sustentabilidade das operações de cooperativas agropecuárias no município de Ituiutaba/MG**. Revista de Gestão e Organizações Cooperativas –RGCSanta Maria, RS, Vol. 7, N°13,Jan./Jun.2020DOI: 10.5902/2359043236175ISSN: 2359-043

PEREIRA, S. S.; CURTI, R. C. **Meio ambiente, impacto ambiental e desenvolvimento**. REUNIR: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade, Campina Grande, v. 2, n. 4, p. 35-57, set./dez. 2012. DOI 10.18696/reunir.v2i4.78. Disponível em: <https://reunir.revistas.ufcg.edu.br/index.php/uacc/article/view/78/pdf>. Acesso em: 27 dez. 2021.

PETERSEN, P. (org.) **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro/RJ: AS-PTA, 2009.

PIRES, M. L. L. S. **O cooperativismo agrícola como uma forma de neutralizar as desvantagens competitivas da agricultura familiar: em análise a Coopercaju**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 33., 2010, Caxias do Sul. Resumos [...]. Caxias do Sul: Intercom, 2010. p. 1-15. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/r5-2786-1.pdf>. Acesso em: 19 out. 2022.

PRIMAVESI, O.; PRIMAVESI, A. C. **Taxa de degradação de material orgânico no solo, sob manejo de pastagens, agricultura e mata**. In: ENCONTRO BRASILEIRO SUBSTÂNCIAS HÚMICAS, 2., 1997, São Carlos. **Anais** [...]. São Carlos: EMBRAPA/CNPDI, 1997.

REIS JÚNIOR, N. **Aspectos societários das cooperativas**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.

RIOS, G. S. L. **O que é cooperativismo**. Editora Brasiliense, 1ª edição ebook, 2018.

RUA, M. G. **Políticas públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências de Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES/UAB, 2009.

SALTON, J. C. *et al.* **Matéria orgânica do solo na integração lavoura-pecuária em Mato Grosso do Sul**. **Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento**, Embrapa Agropecuária Oeste, Dourados, n. 29, 2005. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/38779/1/BP200529.pdf>. Acesso em: 17 out. 2022.

SCOPINHO, R. A.; MARTINS, F. G. **Desenvolvimento organizacional e interpessoal em cooperativas de produção agropecuária: reflexão sobre o método**. *Psicologia & Sociedade*, v. 15, n. 2, p. 124-143, 2003. DOI 10.1590/S0102-71822003000200009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/snFhBnpMvJ3hpyMtNt8MVyj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 out. 2022.

SILVA, C., & SCHULTZ, G. (2017). **Acesso a Mercados e Gestão de Cooperativas da Agricultura Familiar no Brasil**. *Espacios*, 38(44), 23-39.

SILVA, E. S *et al.* **Panorama do cooperativismo brasileiro: história, cenários e tendências**. UNIRCOOP, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 75-102, 2003. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Inessa-Salomao/publication/242251864_PANORAMA_DO_COOPERATIVISMO_BRASILEI

RO_HISTORIA_CENARIOS_E_TENDENCIAS/links/555deccd08ae86c06b5f29ba/PANORAMA-DO-COOPERATIVISMO-BRASILEIRO-HISTORIA-CENARIOS-E-TENDENCIAS.pdf. Acesso em: 18 out. 2022.

SILVA, J. G. **Agricultura familiar e sustentabilidade**. Nações Unidas Brasil, [S. l.], 2019. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/83422-artigo-agricultura-familiar-e-sustentabilidade>. Acesso em 16 out. 2022.

SILVA, R. M. A., & NUNES, E. M. (2023). **Agricultura familiar e cooperativismo no Brasil: uma caracterização a partir do Censo Agropecuário de 2017**. Revista de Economia e Sociologia Rural, 61(2), e252661. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.252661>

SILVA, V. V.; ARAÚJO, J. do N.; LIMA, L. A. P. **O agronegócio e as transformações na fronteira do sul do Amazonas**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA, 14., 2021, Palmas. Anais eletrônicos [...]. Palmas: ENANPEGE, 2021. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/enanpege/2021/TRABALHO_COMPLETO_EV154_MD1_SA142_ID191213112021132619.pdf. Acesso em: 14 out. 2022.

SIQUEIRA, T. V. de. **Desenvolvimento sustentável: antecedentes históricos e propostas para a agenda 21**. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 247-288, jun. 2001. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/11475/2/RB%2015%20Desenvolvimento%20Sustent%C3%A1vel_Antecedentes%20Hist%C3%B3ricos%20e%20Propostas%20para%20a%20Agenda%2021_P_BD.pdf. Acesso em: 17 out. 2022.

VERONA, L. A. F. **Avaliação de Sustentabilidade em Agroecossistemas de base familiar e em transição agroecológica na região sul do Rio Grande do Sul**. 2007. Dissertação (Mestrado em Agronomia) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2007. Disponível em: http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/bitstream/prefix/4933/1/Tese_Luis_Augusto_Verona.pdf. Acesso em: 14 out. 2022.

WANDERLEY, M. N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: TEDESCO, J. C. (org). **Agricultura familiar: realidade e perspectivas**. Passo Fundo: Editora da UPF, 1999. p. 21-55.

ZARAFSHANI, K. *et al.* **Are agricultural production cooperatives successful? a case study in western Iran**. *American-Eurasian Journal of Agricultural & Environmental Sciences*, [s. l.], v. 8, n. 4, p. 482-486, 2010. Disponível em: [https://www.idosi.org/aejaes/jaes8\(4\)/18.pdf](https://www.idosi.org/aejaes/jaes8(4)/18.pdf). Acesso em: 14 out. 2022.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA
PESQUISA DE CAMPO EM ÓRGÃO PÚBLICO

Nome: _____ Data ____/____/____

1. Qual a sua função?
2. Você desenvolve alguma atividade junto a associações e cooperativas agrícolas?
3. Você saberia informar quais cooperativas ou associações, que estão ativas, ligadas à agricultura familiar?
4. Que tipo de serviço público é oferta aos agricultores familiares cooperados ou associados através do órgão?
5. Você saberia informar quais atividades essas associações ou cooperativas desenvolvem em prol dos agricultores familiares e da sustentabilidade da região, ação junto ao órgão?
6. No seu ponto de vista o que tem dificultado o trabalho das cooperativas e associações de agricultores rurais?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA
PESQUISA DE CAMPO COOPERATIVA/ASSOCIAÇÃO

DATA DA ENTREVISTA: ____/____/____

| | |
|-------------------------|--|
| 1.1 ASSOCIAÇÃO: | |
| 1.2 COMUNIDADE: | |
| 1.3 RESPONSÁVEL: | |

1 IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

1.1 - Nome:

1.2 – Função:

1.3 Gênero

Masculino | Feminino

1.4. Nível de escolaridade

Ensino Fundamental | Ensino Médio | Ensino Superior | Outros

1.5. Faixa etária

1.6. Quantidade de membros familiares

2. PROGRAMA DE TRABALHO:

Planejamento | Execução | Monitoramento | Outros

3. TEM ORÇAMENTO

Sim | Não

4. PARCERIAS E FONTES DE FINANCIAMENTO EXISTENTES

Federal | Estadual | Municipal | Privado/Próprio

5. METAS ALCANÇADAS

0% | 25% | 50% | 75% | 100%

6. PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS (FINALIDADE DA ASSOCIAÇÃO)

6.1

6.2

7. OBJETIVOS PROPOSTOS PELA ORGANIZAÇÃO

7.1

7.2

8. PRINCIPAIS DESAFIOS ENCONTRADOS

8.1

8.2

9. PRINCÍPIOS, BENEFÍCIOS E GARGALOS DO COOPERATIVISMO / ASSOCIATIVISMO

| CATEGORIA | SUBCATEGORIAS | QUESTÕES | RESPOSTA |
|----------------------------------|---|--|----------|
| CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS | | 1 1.1. Função 1.2. Gênero 1.3. Faixa etária 1.4. Nível de escolaridade 1.5. Quantidade de membros familiares | |
| PRINCÍPIOS | Adesão Voluntária e Livre | 2. Como funciona o processo de adesão, filiação à associação ou cooperativa? | |
| | Gestão Democrática | 3. Qual é a forma de gestão adotada na organização social? | |
| | Participação Econômica dos Membros | 4. Qual a origem dos recursos para formação do capital social ONG? | |
| | Autonomia e independência | 5. A ONG sofre algum tipo influência externa em sua gestão? | |
| | Educação, Formação e Informação | 6. A ONG ofertou algum tipo de formação ou capacitação para seus membros e comunidade geral? | |
| | Intercooperação | 7. Observou o desenvolvimento de alguma atividade da ONG em parceria com outras ONG's? Cite. | |
| | Interesse pela comunidade | 8. Observou algum tipo de ação desenvolvida pela ONG em prol da comunidade? | |
| BENEFÍCIOS | Associativismo e cooperativismo e suas vantagens para a agricultura familiar e a sustentabilidade | 9. Qual a contribuição do associativismo e cooperativismo para o desenvolvimento da agricultura familiar e a sustentabilidade na região? | |
| GARGALOS | Dificuldades e necessidades do agricultor familiar | 10. O quê tem dificultado a vida do produtor no campo e o quê pode ser feito para melhorá-la? | |

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA
PESQUISA DE CAMPO COM MEMBRO DA ONG

| CATEGORIA | SUBCATEGORIAS | QUESTÕES | RESPOSTA |
|----------------------------------|---|--|-----------------|
| CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS | | 1 1.1. Função 1.2. Gênero 1.3. Faixa etária 1.4. Nível de escolaridade 1.5. Quantidade de membros familiares | |
| PRINCÍPIOS | Adesão Voluntária e Livre | 2. Como funciona o processo de adesão, filiação à associação ou cooperativa? | |
| | Gestão Democrática | 3. Qual é a forma de gestão adotada na organização social? | |
| | Participação Econômica dos Membros | 4. Qual a origem dos recursos para formação do capital social ONG? | |
| | Autonomia e independência | 5. A ONG sofre algum tipo influência externa em sua gestão? | |
| | Educação, Formação e Informação | 6. A ONG ofertou algum tipo de formação ou capacitação para seus membros e comunidade geral? | |
| | Intercooperação | 7. Observou o desenvolvimento de alguma atividade da ONG em parceria com outras ONG's? Cite. | |
| BENEFÍCIOS | Interesse pela comunidade | 8. Observou algum tipo de ação desenvolvida pela ONG em prol da comunidade? | |
| | Associativismo e cooperativismo e suas vantagens para a agricultura familiar e a sustentabilidade | 9. Qual a contribuição do associativismo e cooperativismo para o desenvolvimento da agricultura familiar e a sustentabilidade na região? | |
| GARGALOS | Dificuldades e necessidades do agricultor familiar | 10. O quê tem dificultado a vida do produtor no campo e o quê pode ser feito para melhorá-la? | |

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO: UMA ALTERNATIVA PARA O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE HUMAITÁ-AM sob-responsabilidade do pesquisador RAIMUNDO FALCÃO DOS SANTOS, sob a orientação do professor Dr. Luiz Carlos do Carmo Fernandes.

Nesta pesquisa estamos buscando avaliar os benefícios do cooperativismo e do associativismo para o fortalecimento da agricultura familiar em Humaitá-AM.

Na sua participação você responderá a uma entrevista que será gravada e posteriormente transcrita e analisada sem a identificação do respondente. Os resultados da pesquisa serão publicados para fins exclusivamente acadêmicos e ainda assim a sua identidade será preservada.

Você não terá nenhum gasto e ganho financeiro por participar na pesquisa. Além disso, você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou coação.

Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você.

Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com: RAIMUNDO FALCÃO DOS SANTOS, mestrando em Administração na UniAlfa, pelo email falcao.santos@ifam.edu.br ou telefone (97) 98104-0134.

Poderá também entrar em contato com a Professor Dr. Luiz Carlos do Carmo Fernandes ().

Humaitá- Am, dede 20.....

Assinatura do pesquisador

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Assinatura do participante da pesquisa